

## **2. Movimentos sociais e seu componente transnacional**

### **2.1. Introduzindo o tema**

Novos movimentos sociais, movimentos transnacionais, organizações dos movimentos sociais transnacionais, movimentos sociais globais. Estes são alguns dos termos empregados na literatura de Relações Internacionais e Ciências Sociais quando da análise do tema em questão, expressando não apenas uma falta de consenso entre os estudiosos, mas as distintas abordagens teóricas que permeiam as análises decorrentes das opções pelo uso de determinado conceito.

Todavia, tais termos nos remetem a um processo cada vez mais observado entre as formas de ação coletiva. Aqui, nos referimos especificamente à transposição de um movimento social, cuja origem remonta à localidade, para outros planos que superam a circunscrição do estado nacional. Para além da esfera internacional, que sugere uma relação senão restrita, mas primordial entre os estados, e que relega os atores não-estatais às margens da política, abordamos os planos transnacional e global, nos quais estes atores se farão efetivamente presentes. Neste sentido, procuramos introduzir o que seria a dimensão transnacional dos movimentos sociais, aludindo à disciplina de Relações Internacionais e aos teóricos de movimentos sociais.

Seguimos com a análise de algumas perspectivas teóricas que compõem três processos distintos de transnacionalização – externalização, difusão e ação transnacional – e que nos auxiliam a compreender a transposição de um movimento social local. Para este fim, recorreremos à obra de Keck e Sikkink (1998), que se destaca como uma das primeiras publicações de RI sobre o assunto e expressa uma troca de idéias entre pesquisadores de campos disciplinares diversos. Desse modo, será discutida a aplicação dos modelos bumerangue/espiral, explorando suas vantagens e seus limites.

Em um segundo momento, intencionamos avançar nestes modelos, examinando principalmente as teorias de McAdam, Tarrow e Tilly, e Della Porta. Dedicamos a última parte deste capítulo a uma discussão sobre o papel do global neste processo, sua relação com o local e a incompatibilidade entre as esferas global/local-transnacional. Avaliaremos em que medida estas três abordagens contribuem para analisarmos o processo de transnacionalização de um caso específico: o movimento dos seringueiros.

## **2.2. Da dimensão transnacional**

A dimensão transnacional não representa um fato novo no universo da ação coletiva. Conexões transnacionais entre ativistas, ou mesmo a ocorrência de um movimento social, suplantando as barreiras geográficas do estado nacional, já se mostravam presentes no século XIX, quando observamos a atuação do movimento abolicionista, das sufragistas, do movimento sionista, o socialismo/comunismo, entre outros. Ainda, poderíamos ir mais além e apontar na Reforma Protestante uma forma de ação coletiva transnacional.<sup>3</sup>

Contudo, a associação entre a ação coletiva e o transnacional manteve-se negligenciada pelos estudiosos. No campo das Relações Internacionais, é recente o interesse dos teóricos pela atuação de movimentos e ativistas, incluindo-se aí redes, coalizões e organizações não-governamentais (ongs), em um cenário antes dominado pela ótica estatal. Desde sua formação, com exceção para as análises dos teóricos que se inscrevem no paradigma pluralista, a disciplina pautou-se pela premissa realista que concebe os estados como os únicos atores no plano internacional – entre estes os estados fortes como os mais importantes no ambiente de disputa de poder e *self-help*, que singulariza o plano externo.<sup>4</sup> A intensificação das atividades transnacionais nos

---

<sup>3</sup> As conexões transnacionais entre ativistas são discutidas por Keck & Sikkink (1998) quando da análise do modelo bumerangue, salientando a atuação do movimento abolicionista nos EUA e Inglaterra, o movimento sufragista, a campanha pela erradicação do constrangimento dos pés femininos na China. Colás (1994) remete-se ao desenvolvimento do socialismo, identificando-o como Internacionalismo Socialista. Tarrow (1998 e 2000) recorre à Reforma Protestante e à Revolução Americana.

<sup>4</sup> Ver Little (1996), Banks (1985) e Waltz (1979).

anos 70, aliada à percepção entre os teóricos acerca da ineficácia do realismo para considerar a crescente interdependência entre os estados abre caminho para uma visão liberal, o neoinstitucionalismo.

Marcado pela publicação de *Transnational Relations and World Politics* (1971), de Keohane & Nye, os neoinstitucionalistas procuravam contrapor-se ao pensamento neorealista, questionando sua abordagem estadocêntrica, que desconsiderava o papel das instituições e a complexidade das relações internacionais. Nesta obra, as relações transnacionais incluem todos os tipos de interações no âmbito transnacional, excluindo-se as relações entre os estados. Em virtude de sua abrangência e falta de especificidade, o conceito é novamente elaborado. Neste sentido, o transnacional refere-se aos atores não-governamentais, distinguindo-se de transgovernamental, este direcionado a “sub-unidades dos governos”(Keohane & Nye, 1974, p.41). Embora o transnacionalismo tenha assumido uma posição de destaque, a ênfase nas instituições internacionais e uma análise calcada na economia política acabaram por restringir o campo de pesquisa, culminando em sua estagnação.<sup>5</sup>

As discussões sobre o transnacionalismo são resgatadas na década de 90, tendo em vista o fim da guerra Fria e a acentuação das conexões transnacionais<sup>6</sup>. Estes acontecimentos colocam em xeque as teorias convencionais, acirrando um movimento de crítica, formado por matrizes distintas – pós-modernos, teóricos críticos, construtivistas – que intencionam renovar as perspectivas da disciplina. Neste contexto de reformulação das bases ontológicas, e por vezes empíricas<sup>7</sup>, observa-se uma preocupação da parte dos teóricos em relação ao papel e relevância

---

<sup>5</sup> A necessidade de se suplantar o debate neo-neo e a tentativa de se avançar nas pesquisas é evidenciada no artigo de Katzenstein et al, “International Organization and the Study of World Politics”, in: *International Organization* 52(4): 645-686. Ver também Martin & Simmons (1998), Young (1999).

<sup>6</sup> Destaca-se a obra de Risse-Kappan (1995), questionando o arcabouço conceitual adotado por Keohane e Nye e o debate neo-neo, centrado na relevância das instituições. O trabalho de Risse configura uma tentativa de resgatar o transnacionalismo sob um novo prisma; seu objetivo é superar as discussões anteriores, atentando para o papel dos atores não-estatais e a inserção do plano doméstico nas relações internacionais, promovendo uma interação entre o interno e o externo. Também relevante é a obra de Boli & Thomas (1999), ressaltando o papel das organizações não-governamentais internacionais.

<sup>7</sup> Cf. WALKER, 1993, cap. 4.

dos atores não estatais, relegados às margens pelo *mainstream*<sup>8</sup>. Entre estes, ressaltam-se os movimentos sociais (MS) e suas formas de organização, em especial as ongs, paralelamente à percepção sobre a emergência de uma sociedade civil global e um projeto de governança global.<sup>9</sup>

Vale salientarmos, neste ponto, a ressonância que vêm alcançando os estudos acerca da sociedade civil global (SCG). Entendida basicamente como “o espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de cidadãos, individuais ou coletivos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos” (Hertz & Hoffmann, 2004, p. 225), a SCG constitui um campo em ascensão nas Relações Internacionais, estando associada ao processo de globalização. Neste cenário, os movimentos sociais são compreendidos como um dos atores que contribuem para a formação deste espaço, atuando para a realização de um potencial emancipatório e democratizante, aspectos frequentemente atribuídos à SCG. Entre os que tratam do tema, destacam-se teóricos de paradigmas distintos, como Robert Cox (1999), Martin Shaw (1994) e R.B.Walker (1994). Enquanto Cox ressalta o papel dos MS de resistência à globalização neoliberal para a formação de uma SCG vibrante, democrática, como uma alternativa ao atual sistema de estados, levando à emancipação, Shaw atesta a relevância de uma sociedade civil global em emergência para os estudos acerca dos movimentos transnacionais. Para este autor, uma abordagem restrita aos movimentos sociais impõe limitações e encerra contradições. O mais adequado seria uma abordagem calcada na sociedade civil, visto que tais movimentos estariam inseridos nas relações da sociedade civil.

Na contra-corrente destas tendências, Walker identifica no discurso acerca da SCG e da política mundial (*world politics*) uma tensão entre o particular e o

---

<sup>8</sup> A relevância dos atores não-estatais em Relações Internacionais é discutida por Bob Reinalda (2001). Tais atores compreendem as organizações não-governamentais (ongs), corporações transnacionais e multinacionais e as organizações intergovernamentais. Na tipologia do autor, os movimentos sociais são designados pelo termo ‘ong’, referindo-se às iniciativas de cunho privado, mas que são públicas em seus propósitos (p. 12-15). Aqui, entendemos MS e ongs como termos distintos, embora este último possa estar presente nos movimentos como uma de suas formas de organização, como considera Jackie Smith (Sikkink & Smith, 2002) no uso da expressão “organizações dos movimentos sociais transnacionais”. Empregamos a definição de Khagram, Riker e Sikkink para as ongs, aludindo a “grupos não-lucrativos, voluntários, privados, cujo principal objetivo é influenciar publicamente alguma forma de mudança social” (Khagram et al, 2002, p. 6).

<sup>9</sup> Entre os proponentes da sociedade civil global e de um projeto de governança global ressaltamos, Cox (1999), Colás (1994), Anheier et al (2004), Keane (2003), Lipschutz (1992), Seckinelgin (2002), Shaw (1994), e Held (1993, 1995), Held et al (1999) e Rosenau & Czempiel (2000).

universal, na qual este último torna-se a extensão do primeiro, implicando na aniquilação do outro (*other*) em virtude da homogeneização (*same*). O reverso do particular – o *locus* da política – para o universal, torna os movimentos sociais atores intrusos, excluídos das práticas políticas, posto que estas caberiam aos estados. Ao serem analisados em relação à sociedade civil global e à política mundial, os movimentos são encerrados em estruturas espaços-temporais, perdendo seu caráter dinâmico. Para o autor, os movimentos sociais são tidos como atores, cujas possibilidades de fazer política desafiam o pensamento dominante, carecendo, portanto, de uma política de movimento (de temporalidade) e de conexão. (Walker, 1994, p. 699).

A despeito das críticas de Walker e dos questionamentos mais recentes acerca da exaltação de um ativismo “de baixo para cima” e seu papel na realização do potencial emancipatório e democratizante da sociedade civil no âmbito global, cabe salientarmos que os movimentos são tratados de forma recorrente como um de seus componentes, avaliados mediante sua capacidade para a articulação de tal espaço. Os movimentos, para os integrantes da literatura em questão, de um modo geral, são estudados de acordo com o papel que desempenham na sociedade civil; isoladamente, perdem sua relevância. Desloca-se, pois, o foco da análise, cujo objeto é representado pela sociedade civil global. Neste sentido, os movimentos sociais assumem um papel secundário, opondo-se ao proposto neste trabalho; aqui, o ator coletivo, representado pelo movimento dos seringueiros constitui o objeto de investigação.

No âmbito das Ciências Sociais, muito se propôs quanto ao caráter dos movimentos, ressaltando-se desde uma visão mais clássica, cuja ênfase recai sobre os fatores psicológicos que impulsionam a ação, a uma perspectiva marxista, que prioriza o papel da luta de classes. De todos os modos, os estudos quedavam limitados à circunscrição do estado nacional, desconsiderando uma possível interação entre o interno e o externo. Ademais, os MS eram vistos em resposta a constrangimentos estruturais, o que pouco contribuía para sua compreensão enquanto um fenômeno dinâmico. A partir de fins dos anos 60 e início dos 70, com o intenso ativismo transnacional, a ação coletiva adquire outro color. Caracterizados não

apenas por uma mudança nas suas formas de organização e atuação, mas também pelo direcionamento de ‘novas questões’<sup>10</sup>, como a proteção ao meio ambiente, aos direitos da mulher, entre tantas outras, estes movimentos impulsionam o surgimento de matrizes de pensamento distintas.

Neste contexto, surgem os chamados “novos movimentos sociais” (NMS), termo cunhado pela Sociologia alemã nos anos 80, e considerado aqui como um dos marcos para os trabalhos sobre o tema. Podemos afirmar que os teóricos que se inserem nesta perspectiva contemplam a relevância de idéias e valores na construção de significado. Ademais, devemos destacar a relevância que conferem ao indivíduo e sua relação com a estrutura social. Neste ponto, salientamos o pensamento desenvolvido por Melluci (1996), que enfatiza a interação entre o coletivo e o individual. Tal interação seria marcada pelos acontecimentos e as mudanças de uma sociedade planetária, assim como pela experiência subjetiva (Mellucci, 1996). Destarte, três aspectos singularizam a literatura voltada para a análise dos “novos movimentos sociais”: a dimensão subjetiva e cultural da ação e o papel do indivíduo na sociedade. Entre os teóricos pertencentes a esta linha de pensamento citamos, ainda, Touraine e Inglehart.

Anterior a esta perspectiva e desenvolvida por teóricos norte-americanos, a mobilização de recursos/oportunidades políticas representou um passo além para a literatura de movimentos sociais, na medida em que introduziu o componente político da ação social e a idéia de coletividade (McAdam, 1982). Ainda que tratadas como partes de uma mesma escola de pensamento, crítica às teorias clássicas, ‘mobilização de recursos’ e ‘oportunidades políticas’ constituem modelos distintos. O primeiro salienta uma incapacidade dos grupos contestadores em agir isoladamente, sem o suporte de atores externos ao movimento. Entre estes, destacam-se partidos, organizações, autoridades e elites políticas, as quais controlam as maiores somas de

---

<sup>10</sup> Ainda que estes movimentos sejam associados freqüentemente ao surgimento de novas questões, é possível apontar algumas destas em momentos anteriores, em campanhas, movimentos ou discursos isolados. Assim, os direitos das mulheres foram tratados pelas sufragistas, no século XIX, tendo sua origem no movimento abolicionista. Do mesmo modo, as preocupações ambientais não são fato recente, inclusive no Brasil, estando presentes em discursos de políticos influentes do Império. Cf. Keck & Sikkink (1998), McCormick (1992), Svirsky et al. (1996), Castells (1999).

recursos.<sup>11</sup> Contudo, este quadro tende a mudar no momento em que os grupos alcançam o apoio dos indivíduos ativos nas instituições do sistema, e assim, mobilizam os recursos necessários para sua organização formal e o alcance de seus objetivos.

Identifica-se como inerente a esta formulação a disparidade de poder que se apresenta entre os dois pólos, constituídos essencialmente por contestadores e aliados externos, evidenciando a influência da literatura elitista no estudo de movimentos sociais. Entre os proponentes desta abordagem, Zald e McCarthy figuram como os mais expressivos, atentando para o papel das organizações dos movimentos sociais. (Zald & McCarthy, 1973, 1977). Entretanto ao prezarem pela interação e infraestrutura de tais organizações, numa interpretação fortemente influenciada pelo econômico, estes autores negligenciam os aspectos culturais e psicológicos que permeiam a ação coletiva, como nos sugere Gamson.<sup>12</sup> Perde-se nesta visão todo o papel das idéias e valores no estabelecimento de uma mudança cognitiva, fator assumido neste trabalho como crucial para a mobilização do grupo, o empreendimento de ações e a construção de identidade, repercutindo no êxito ou fracasso do movimento, ainda que não determine seus resultados.

No que concerne às ‘oportunidades políticas’, estas são consideradas inicialmente pelos teóricos que analisam os movimentos sociais como um processo político, entre estes McAdam, Tarrow e Tilly. De acordo com esta matriz, a ênfase atribuída à mobilização de recursos e estabelecimento de organizações formais teria resultado na negligência de dois fatores cruciais para a emergência dos movimentos: o poder dos grupos populares em desestabilizar o sistema e a construção de significado. Destarte, o sucesso das ações e a perenidade dos movimentos requerem não apenas a expansão das oportunidades políticas e a organização formal de seus membros, mas a criação e o enquadramento de idéias que tornem exeqüíveis a mobilização, a transmissão das mensagens e o recrudescimento da influência do grupo. Este processo de enquadramento (*framing process*) pode ser vislumbrado no

---

<sup>11</sup> ZALD; McCARTHY, 1977, p.23.

<sup>12</sup> GAMSON, William A. In: ZALD; McCARTHY, 1990, p.6.

trabalho de McAdam, sendo designado de liberação cognitiva (*cognitive liberation*) (McAdam, 1982, p. 48).

Nos últimos anos, o termo estrutura de oportunidades, sistematizado por McAdam e de grande impacto para os estudos acerca da ação coletiva, tem sido preterido pelo conceito de oportunidades políticas. Entre as razões para esta opção, destaca-se uma possível interpretação determinista por parte dos demais teóricos, que negligencia a dinamicidade dos movimentos. Nas palavras de Tarrow, a utilização do termo “pode ter criado uma interpretação equivocada entre alguns críticos de que estes autores tenham assumido que as oportunidades não precisassem ser percebidas a fim de servirem como incentivos para a ação” (Tarrow, 1998, p. 221. Nota 6) Reforça-se, novamente, a importância da cognição e do processo de enquadramento pelo grupo contestador e também por seus oponentes para que as oportunidades impulsionem a mobilização social.

A partir dos anos 80, paralelamente à divergência quanto ao modelo que melhor se aplicaria à análise da ação coletiva, verifica-se um esforço por parte dos teóricos de MS em articular tais vertentes. A percepção acerca da complexidade do ator social frente às transformações estruturais que ocorriam no cenário mundial e sua acentuação nas décadas seguintes implicaram na organização de uma série de reuniões internacionais, com a participação de especialistas europeus e americanos. Desta aproximação resultou uma postura que salientava a relevância da adoção de uma perspectiva comparada.<sup>13</sup>

Inicialmente entre cientistas políticos, sociólogos e historiadores, estabelecendo um diálogo entre as três perspectivas aludidas acima, o debate estendeu-se aos especialistas de Relações Internacionais, embora em número reduzido.<sup>14</sup> Através deste intercâmbio de idéias, procurou-se recuperar nos últimos anos a caráter dinâmico da ação coletiva, contemplando-se os processos de transnacionalização experimentados pelos movimentos sociais, e desconsiderados pela literatura de RI. Donatela della Porta & Sidney Tarrow (2005) discorrem acerca

---

<sup>13</sup> McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996. Introdução.

<sup>14</sup> Entre os especialistas de RI que se situam neste debate, recorrendo à teoria de movimentos sociais, ressaltamos, Keck & Sikkink (1998), Sikkink et al (1999), Khagram et al (2002), Bandy & Smith (2005).

de tais processos, distinguindo-os em: internalização, repercussão no plano doméstico de conflitos originários no exterior; externalização, pressão direcionada às instituições internacionais para que intervenham na esfera nacional; difusão, disseminação de idéias e/ou praticas de um movimento para outro espaço social; ação transnacional, que adiciona aos processos anteriores alterações contextuais, cognitivas e relacionais.<sup>15</sup>

Através do esboço destas abordagens distintas, procuramos apresentar como a temática em discussão tem sido percebida tanto na área de Relações Internacionais quanto naquelas que formam o pilar da teoria de MS, quais sejam, Sociologia, Ciência Política, História e Antropologia. Até aqui, consideramos primordialmente os avanços alcançados por estas últimas, em grande medida pelo longo caminho que têm percorrido rumo a um melhor entendimento acerca da ação coletiva. Faz-se necessário, destarte, discorrermos de modo mais enfático sobre os processo de transnacionalização dos movimentos para nos atermos ao objetivo do nosso trabalho, qual seja, a transnacionalização de um movimento local.

### **2.3. Do(s) processo(s) de transnacionalização**

Dos processos identificados acima, apenas três são passíveis de serem analisados quando aludimos à transnacionalização do movimento dos seringueiros, a saber: externalização, difusão e ação transnacional. Dentre estes, externalização e difusão despontam como os mais evidentes, na medida em que a ação transnacional, embora igualmente relevante, exija do pesquisador uma parcela acentuada de subjetividade para ser reconhecida. Isto porque este último adiciona aos demais alterações contextuais, relacionais e cognitivas, influenciando diretamente na formação de uma identidade comum entre atores que a priori não compartilhariam dos mesmos valores.

Neste caso, a construção de identidade assume um caráter mais dinâmico, já que vista também como parte de um processo no qual o sujeito coletivo é

---

<sup>15</sup> DELLA PORTA; TARROW, 2005, Introdução.

fragmentado, em constante negociação não apenas para angariar aliados à disputa, mas igualmente para alcançar um denominador que permita sustentar a ação, desde a mobilização interna para sua ascensão até o término da contenda. Dessa forma, a dimensão intersubjetiva far-se-á presente ao longo dos processos e a construção de identidade irá figurar como um componente crucial para se entender como o movimento surge e se desenvolve.

Como será aclarado ao longo desta exposição, tais processos não se excluem mutuamente. De outro modo, complementam-se. Podem atuar simultaneamente, ainda que estejam mais sobressalentes em uma determinada fase do movimento, ou que um mostre-se mais aparente que outro. Destarte, faz-se prudente avaliá-los para compreender de forma mais eficaz como o movimento ora em tela expressa uma relação dialética entre o global e o local, tendo em mente duas questões: a transnacionalização do movimento encerra uma mudança cognitiva entre seus participantes; o global, o transnacional e o local atuam como dimensões constitutivas de tal processo.

A externalização é ilustrada aqui pelo padrão bumerangue que, refinado mais tarde, originou o modelo espiral. Formulado com o fito de aclarar como e porque os atores sociais estabelecem alianças e coordenam suas ações e táticas, a obra de Keck & Sikkink (1998) pousa como um marco na literatura de Relações Internacionais ao dirigir sua análise para um objeto negligenciado no campo: as redes de ativistas e seu impacto na política transnacional, afetando por vezes a ordem interna aos estados e sua relação com as instituições internacionais e demais estados. Ainda, o padrão bumerangue sintetiza uma troca interdisciplinar, estabelecendo uma conexão entre a esfera doméstica – avaliada pelas Ciências Sociais – e a internacional, evidenciando uma carência de ambas as partes. Se por um lado os teóricos de MS tendiam a deter seus estudos à esfera estatal, por outro os especialistas de Relações Internacionais negligenciavam qualquer interferência do plano doméstico nas relações interestatais e no cotidiano das instituições idealizadas pelos estados<sup>16</sup>. O padrão bumerangue visa, portanto, suprimir este entrave aos estudos transnacionais, remetendo-se ao

---

<sup>16</sup> Cf. a segunda seção deste capítulo.

pensamento de Putnam (1988), considerado um marco no que concerne à interação entre as esferas doméstica e internacional.

O objeto escolhido para análise reforça esta reflexão e torna propenso o diálogo entre as disciplinas, ao passo que as redes de ativistas constituem sujeitos coletivos que transitam entre as duas esferas, empregando táticas e construindo e disseminando conhecimentos. Esta escolha irá repercutir na abordagem teórica adotada: o construtivismo estratégico.

De acordo com a definição de Sikkink, entende-se por redes o conjunto de atores de vários países

“cuja vinculação ultrapassa as fronteiras nacionais, que estão unidos por valores comuns, por intensos intercâmbios de informação e serviços, e por discursos compartilhados. [...] O central na atividade da rede é o intercâmbio e o uso da informação. As redes não se caracterizam por uma coordenação duradoura de táticas como o fazem as coalizões, nem mobilizam um grande número de pessoas como os movimentos sociais” (Sikkink, 2003, p.303. Tradução e grifo meus).

Entre os integrantes das redes destacamos movimentos locais, sindicatos, intelectuais/acadêmicos, membros da mídia, da Igreja, de organizações não-governamentais, de entidades, ou mesmo de instituições internacionais, governos locais. No caso do movimento dos seringueiros todos estes atores far-se-ão presentes.

É preciso ressaltar que os MS e as coalizões não excluem as redes. Do contrário, as redes representam o núcleo para a formação dos demais atores coletivos não-estatais, diferindo-se pelo grau de coordenação e mobilização. Como argumenta Sikkink, em uma escala medida pela organização, as redes ocupam a base, seguidas das coalizões e movimentos. Por conseguinte, a ênfase nas redes está em sintonia com a literatura de movimentos sociais, posto que se insere na premissa amplamente discutida em Sociologia: os movimentos sociais são classificados como um conjunto de redes que se vinculam e impetram uma ação.<sup>17</sup> Na interpretação de Diani (2003):

“É difícil compreender a natureza dos movimentos sociais. Eles não podem ser reduzidos a insurreições ou revoltas específicas, mas se assemelham a seqüências de eventos mais ou menos conectados, dispersos no tempo e espaço; também não podem ser identificados como organizações específicas, mas consistem em grupos e organizações com vários níveis de formalização, ligados em padrões de interação que vão do extremamente centralizado ao totalmente descentralizado, do cooperativo ao explicitamente hostil. Pessoas promovendo

<sup>17</sup> Com relação à literatura que conceitua um movimento social em termos de redes ver Tarrow (1998), Diani (2003) entre outros. Na área de RI, ver Eschle & Stammers (2004). Em Sociologia, ver Domingues (2001).

e/ou sustentando suas ações o fazem não como indivíduos atomizados, possivelmente com valores similares e características sociais, mas como atores ligados entre si por teias complexas de trocas, diretamente ou de forma mediada. Os movimentos sociais são, em outras palavras, estruturas de redes altamente heterogêneas e complexas”. (Diani, 2003, p.1. Tradução minha).

Isto significa que o MS, enquanto um ator coletivo, não se faz absoluto, uniforme em sua formação, mas requer uma constante negociação entre os grupos que o integram, entre as múltiplas identidades e entendimentos decorrentes desta diversidade. Sendo assim, a citação acima abre caminho para um entendimento acerca dos MS, sejam estes transnacionais e/ou locais, que contrasta de certo modo com a conceitualização de Sikkink. A autora vê nos movimentos atores unidos por laços de solidariedade e objetivos comuns, capazes de coordenar ações em mais de um estado e contar com a participação de ativistas de “pelo menos três países” (Sikkink, 2003, p.305). Para o que nos interessa no momento, basta afirmar que a definição de Sikkink para o termo interfere diretamente na análise do processo de transnacionalização dos MS, posto que condiciona a ascensão de um movimento transnacional à transposição de barreiras geográficas entre os estados. Este caráter territorial explícito no uso do conceito implica na redução das possibilidades de sua observância na prática, traço reconhecido pela autora.

Por conseguinte, inferimos que em se mantendo tal interpretação, as chances de um movimento local efetivamente se transnacionalizar seriam mínimas, opondo-se ao que assumimos que tenha sucedido em relação ao movimento local a ser analisado neste trabalho. Aqui, partimos do pressuposto que um movimento se transnacionaliza ao estabelecer conexões com atores externos – nacionais e internacionais, em especial os últimos -, conexões estas capazes de propiciar uma transposição do movimento local para outras dimensões e de gerar impactos para dentro e para fora deste ator coletivo. Torna-se exequível, então, para o movimento transitar para além da escala local, alcançando a regional, internacional, transnacional e global. Nesta movimentação assistimos à presença de outros atores e alguns fatores: estados, entidades, organizações internacionais, construção de identidade, reformulação da mensagem do movimento. Acreditamos que tal observação, ao flexibilizar o conceito acima cuja base é a territorialidade, faz-se mais completa e tende a considerar o

contexto mais amplo onde ocorre a ação coletiva, atentando para o processo de globalização.

Entender um MS enquanto um conjunto de redes torna viável uma aproximação de um pensamento explicitado nas palavras de Diani e um afastamento relativo do conceito proposto por Sikkink sem, no entanto, comprometer seu modelo teórico utilizado para representar a externalização. Deve-se a isto o fato de as redes encaixarem-se não apenas como parte de um movimento, constituindo seu núcleo. Justamente por integrarem-se a este, fazem uso dos mesmos instrumentos: empregam ações estratégicas, criam e difundem idéias/valores, dois componentes do construtivismo estratégico.

Neste sentido, o modelo ora em tela procura compatibilizar as três vertentes da literatura de MS discutidas brevemente (“novos movimentos sociais”, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades/ oportunidade política) para se compreender a atuação de atores sociais, entre estes as redes, coalizões e movimentos sociais transnacionais. Desta troca de informações resulta a perspectiva de que os grupos não apenas atuam estrategicamente, organizando-se e associando-se a outros atores na busca por recursos e influência, mas interagem, considerando valores e normas culturais; aproveitam e criam oportunidades e idéias, construindo significados<sup>18</sup>. A ação coletiva é, pois, permeada por um lado racional e outro cognitivo, que interferem continuamente em todo o seu desenrolar.

Diante deste quadro, Keck e Sikkink visam articular duas tradições percebidas igualmente como incompatíveis em Relações Internacionais: construtivismo e racionalismo. Partindo da premissa de que os interesses não são dados no mundo, mas construídos de forma intersubjetiva na interação entre os atores, estando presentes em táticas e estratégias impetradas pelos mesmos, o construtivismo estratégico não aparta interesses de idéias e normas. Pelo contrário, a percepção destes só ocorre uma vez que os atores estão cômicos de suas identidades, seguindo a máxima “o que quero depende de quem sou”. No cerne de tal abordagem – já apontada na teoria de MS – verificamos o mecanismo de enquadramento como fator-

---

<sup>18</sup> McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996.

chave para a atuação dos atores, a formação de alianças e a mobilização de recursos.

Em suas palavras:

“[...] nós nos baseamos em tradições sociológicas que enfocam a interação complexa entre os atores, a construção intersubjetiva de quadros de significados, a negociação e a maleabilidade de identidades e interesses. Estas têm sido as preocupações dos construtivistas na teoria de Relações Internacionais e dos teóricos de movimentos sociais em Política Comparada, e nós nos valemos de ambas tradições. As redes que descrevemos neste livro participam na política doméstica e internacional simultaneamente, utilizando-se de uma variedade de recursos, como se fossem parte de uma sociedade internacional. Entretanto, usam estes recursos estrategicamente para afetar o mundo dos estados e organizações internacionais construídas pelos estados. Ambas dimensões são essenciais. Os racionalistas reconhecerão a linguagem dos incentivos e constrangimentos, estratégias, instituições e regras, enquanto os construtivistas e construcionistas sociais estarão mais confortáveis com nossa ênfase em normas, relações sociais e conhecimentos intersubjetivos. Estamos convencidas de que ambos grupos de preocupações importam e que, ao reconhecer que os objetivos e interesses não são dados de forma exógena, podemos pensar na atividade estratégica dos atores num universo político estruturado intersubjetivamente.” (Keck & Sikkink, 1998, p. 4. Tradução minha).

O mecanismo de enquadramento (*framing*) sistematiza a porosidade das fronteiras entre a racionalidade e a cognição. Sua aplicação no bumerangue, portanto, não se dá impunemente: ao aliar estas duas dimensões da ação coletiva, o enquadramento constitui o pilar do construtivismo estratégico, percorrendo as diversas etapas que acolhe a escalada do ator coletivo e sua projeção. Por enquadramento entendemos o modo pelo qual um grupo social atribui sentido à ação coletiva. Concordamos com Sidney Tarrow (1998) que, ao discorrer sobre a análise de enquadramento (*frame analysis*) não descarta o papel das escolhas estratégicas na construção da mensagem do ator. De outro modo, destina-lhe uma posição de destaque. Para o teórico, o enquadramento deve ser compreendido em virtude do contexto social e político no qual a ação se insere e os atores interagem (Tarrow, 1998).

O enquadramento, sob tal ótica, difere de uma simples divulgação dos clamores do grupo, posto que interferem na construção da mensagem os interesses e as disputas de poder. Na medida em que admitimos que os interesses decorrem de uma identificação do “nós” em relação ao “outro”, acreditamos que estes são construídos neste processo de atribuição de significado, no qual atuam as escalas cognitiva, simbólica e estratégica. A formulação da mensagem sucede em um cenário caracterizado pela interação social e embates entre os atores. Tais embates referem-se não apenas às disputas de visões e de legitimidade entre um grupo e seus opositores,

mas também entre aquele e seus aliados e no interior do próprio grupo, envolvendo questões como a busca de influência, reconhecimento e a legitimidade do discurso.

Ressaltamos que, durante o enquadramento, a construção de significado atinge fatores múltiplos, conectados entre si. Assim, a elaboração da mensagem por um grupo requer além da interação entre estes, seus aliados e opositores, a percepção das oportunidades políticas e ameaças a sua disposição e a consideração dos conflitos envolvidos e do arsenal simbólico que forma sua bagagem cultural. A atribuição de significado para a ação envolve igualmente a construção da mensagem e da identidade do ator, em constante mutação e interligação. Entendemos a ação como um momento no qual os atores se identificam e se diferenciam dos demais, dando sentido a sua luta, como também formulam e reformulam suas demandas.

Não obstante a existência de símbolos<sup>19</sup> e informações, é preciso entender como estes serão adaptados à mensagem, sem se distanciar dos clamores do grupo e manter-se ao mesmo tempo capazes de despertar no público alvo emoções que podem variar: compaixão, simpatia ou identificação. O crucial é que a mensagem acarrete no reconhecimento do grupo pelos demais, alcançando no mínimo a aceitação e, no máximo, aliados para a luta. Mensagem, ação e identidade mostram-se, por conseguinte, presentes na dinâmica do movimento, em sua mobilização.

A despeito da construção de identidade e do papel exercido pela ação no enquadramento, um terceiro componente será priorizado no padrão bumerangue/modelo espiral, estando em sintonia com as políticas simbólica e informacional empregadas pelas redes e atores que procuram externar o conflito. Entretanto, os demais fatores mostram-se igualmente relevantes em toda a “vida” de um movimento social e serão decisivos para avaliarmos o terceiro processo de transnacionalização: a ação transnacional. Decisivos posto que este processo remete-se diretamente à criação de identidade na e durante a ação, originando o termo

---

<sup>19</sup> No que tange aos símbolos, Tarrow afirma que “O maior dilema simbólico dos movimentos sociais é mediar entre os símbolos herdados, que são familiares mas levam à passividade, e os novos, que são eletrizantes mas podem ser muito desconhecidos para levar à ação” (Tarrow, 1999, p.107) Isto nos remete à uma discussão acerca do papel da cultura local para além da ação do movimento, envolvendo as conexões estabelecidas com atores externos e a influência que a cultura sofre a partir de tais contatos, diversificando-se. Contudo, nos limitamos a investigar apenas a relevância simbólica associada a acontecimentos e contida nas informações propiciadas pelo movimento para a sua transnacionalização.

identidade flexível. No caso do bumerangue/espiral, as autoras priorizam a construção da mensagem, estando em sintonia com a importância que imputam à informação para a constituição e atuação das redes.

Vejam como isto se dá. Segundo o modelo, a percepção de uma estrutura doméstica como fechada quando comparada à estrutura internacional, propicia a busca de aliados neste último plano, mais solícito aos clamores do grupo local. Por uma estrutura fechada entende-se a manutenção de regimes repressivos, ditatoriais, ou simplesmente a falta de receptividade aos clamores do grupo, o que torna seu campo de ação restrito. Nestas situações, estes atores tendem a estabelecer conexões transnacionais, alcançando voz em uma outra esfera por meio de táticas e estratégias. Entre estas, figuram as políticas simbólicas, informacionais, de influência e de responsabilidade.

De acordo com esta tipologia de táticas, as redes lançam mão de histórias reais, símbolos e fatos na geração de informações. Em outras palavras, as redes reconstruem tais histórias, dando-lhes o sentido necessário para ecoá-las na estrutura internacional sem, entretanto, descaracterizá-las. A mensagem a ser propagada deve ser reconhecida em níveis múltiplos: pelo grupo local, fonte dos fatos; por seus aliados de fato/participantes das redes; pelos aliados em potencial/aqueles que se solidarizam com a luta; e pelo alvo das ações das redes, a saber, organismos internacionais e governos nacionais. No que concerne aos últimos atores, o intento é obter influência e legitimidade perante os organismos de modo a persuadir o estado nacional a alterar suas práticas. O comprometimento do estado expressando uma coerência entre os atos do governo e os discursos de seu corpo integrante são passíveis de acarretarem uma modificação na identidade do próprio estado.

As políticas simbólica e informacional destacam-se como cruciais nos processos de socialização e persuasão, pois permitem a dramatização dos fatos relatados pelo grupo a fim de torná-lo mais audível externamente, alcançando a solidariedade dos demais. Em decorrência, levam à aquisição de mais aliados sejam atuando nas manifestações e campanhas ou apenas apoiando-as, além de proporcionar maiores recursos a sua disposição (Keck & Sikkink, 1998).

As campanhas visam, então, obter o comprometimento de instituições internacionais para com as questões apresentadas, a fim de que estes organismos pressionem o governo em questão, alterando a ordem local vigente. Desse modo, constata-se a presença do mecanismo de enquadramento. Sem o enquadramento dos fatos, adaptando-os “àquilo que quer ser ouvido” pelos atores, sejam ativistas, organismos internacionais, entre outros, a superação do espaço geográfico, a aquisição de aliados e, por conseqüência, a coordenação de ações rumo às instituições tornam-se extremamente difíceis.

O modelo espiral possui em sua essência o padrão bumerangue, reformulando-o em uma teoria. Seu diferencial aponta para o enfoque dispensado pelos autores<sup>20</sup> aos resultados alcançados pelas redes quanto à modificação da estrutura de oportunidades, principalmente a doméstica:

“O modelo espiral move-se para além do efeito bumerangue exatamente porque teoriza os processos através dos quais os países movem de uma estrutura de oportunidades doméstica fechada para uma aberta, e como tais processos afetariam a natureza do ativismo transnacional”. (Sikkink, 2005, p. 163. Tradução minha).

A preocupação em analisar de forma mais contundente os processos que levam à mudança conduz a um modelo de cinco fases: repressão e ativação da rede; negação; concessão tática; status prescritivo de normas (*prescriptive status*); e comportamento segundo as regras (*rule-consistent behaviour*). As três últimas fases guardam uma avaliação dos efeitos provocados pelo ativismo transnacional que, embora observados no bumerangue, quedavam pouco desenvolvidos no quadro teórico. Das constatações anteriores – a influência nas políticas e discursos dos estados e organismos internacionais, a influência no comportamento estatal e a criação e estabelecimento de agendas internacionais – o espiral se distingue ao evocar a institucionalização de normas em relação à construção de uma identidade estatal. Concentra-se, pois, na questão do comportamento estatal. Sobre este respeito, enquanto o bumerangue atentava primordialmente para a conexão e atuação dos atores não-estatais, o espiral desloca o foco para a figura do estado, fato que trará conseqüências para uma análise direcionada à transnacionalização de um movimento local.

---

<sup>20</sup> RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999.

A relevância destinada à alteração da estrutura doméstica faz-se manifesta se verificarmos algumas premissas teóricas que sustentam o modelo. Aqui, mais do que discorrer sobre a conexão entre o instrumental e a intersubjetividade, tema já tratado quando da formulação do bumerangue, atentamos para o status destinado à socialização no cenário internacional. A socialização traduz-se no processo pelo qual “normas internacionais são internalizadas e implementadas domesticamente” (Risse et al, 1999, p. 5). Tal processo, ainda que não exclua o influxo das idéias, é voltado sobretudo para o papel das normas e sua relação com a formação e transformação de identidade e interesse estatal, o que ocorre através da interação social.

Tendo como referencial a interação em uma sociedade internacional, a socialização é compartimentada em três processos que aludem à diversos momentos da externalização: a atuação das redes em direção às instituições/estados, a reação dos estados diante das redes e da pressão internacional e, por fim, à internalização de normas pelo estado e mudança de sua identidade, ingressando legitimamente na sociedade internacional. A ênfase na legitimidade repousa sobre a transformação de sua identidade, implicando em maior prestígio. Tem-se, então, como processos de socialização que se realizam simultaneamente:

adaptação/barganha estratégica, conscientização/”vergonha” (*shaming*)/argumentação/diálogo/persuasão e institucionalização/habitualização.

Ao passo que os primeiros blocos de interação são passíveis de serem notados com maior clareza no bumerangue, insistimos na institucionalização/habitualização, por sua preponderância na última fase do modelo, quando da formação de identidade. Não pretendemos, contudo, negligenciar a acentuação da dinamicidade conferida ao espiral, uma vez que reconhecemos a simultaneidade dos processos em um só modelo. A exemplo disto, temos a relação redes-instituições-estados na qual avaliamos o enquadramento e a divulgação da mensagem de um grupo/movimento local internacionalmente com o fito de persuadir, conscientizar ou mesmo envergonhar o estado alvo, em uma pressão para que este mude sua postura política. Na contracorrente, temos o estado-alvo barganhando estrategicamente, com a eventual mudança discursiva para atenuar as pressões e, mais tarde, a adoção de

normas em harmonia com o novo discurso. Estes acontecimentos se fazem aparentes no bumerangue.

No que concerne à institucionalização/habitualização, seu grande mérito está nas possibilidades de transformação da estrutura interna pelo impacto de normas internacionais e a incorporação do país-alvo em uma sociedade internacional democrática. É mister salientar que a institucionalização de normas em si não implica a modificação da identidade estatal. Para isso, de acordo com o modelo e sua premissa construtivista, é necessário a internalização destas e sua habitualização. Em outras palavras, é preciso que as novas políticas estatais se tornem práticas rotineiras, o que requer um período relativamente extenso de observação. Ainda, a institucionalização de normas e sua habitualização vêm acompanhadas, por vezes, de uma mudança de regime, a exemplo da redemocratização na América Latina.

Destarte, os questionamentos dos quadros teóricos se distanciam paulatinamente: de por que, como se formam as redes e como atuam para como se dá a transformação da identidade estatal. Conquanto o bumerangue aluda aos impactos causados pelas redes e o estado seja um dos atores centrais na dinâmica da externalização, o espiral desloca o foco da análise: de atores não-estatais para o estado. Nesta teorização o estado assume uma posição de destaque antes direcionada às redes. O que procuramos argumentar neste trabalho é que o modelo espiral, ao concentrar-se na figura do estado, na mudança de sua identidade e sua contribuição para a formação ou fortalecimento de regimes internacionais, acaba por perder sua eficácia no estudo dos atores não estatais. De fato, o modelo como se apresenta resulta na negligência de uma série de fatores associados a tais atores, dentre os quais, a construção de identidade entre eles, os efeitos para dentro dos movimentos locais, ou como a interação entre atores de origens distintas atinge a dinâmica local do grupo.

O modelo espiral, calcado mormente em um construtivismo de normas, está de acordo com sua bagagem teórica: a aplicação do construtivismo em Relações Internacionais, direcionado para questão da identidade estatal. O bumerangue, também adotando um construtivismo de normas, tem nas redes seu objeto de estudo, teorizando sobre sua ascensão. Ademais, abre a possibilidade de se analisar a

mudança cognitiva que sucede entre os atores não-estatais envolvidos na contenda. Isso se deve ao fato de o padrão, em sua formulação, atentar para a interação social entre tais atores a fim de elucidar o processo que leva ao surgimento de uma rede de ativistas, envolvendo a externalização de um grupo/movimento local. Torna exequível, pois, investigar como é construída ou modificada a identidade entre um movimento local e seus aliados a partir dos contatos estabelecidos entre estes. O espiral, inversamente, ao ater-se na mudança da estrutura doméstica e formação da identidade do estado, não apenas silencia os fatores expostos acima, como restringe nosso estudo, que tem como objeto o movimento dos seringueiros<sup>21</sup>.

Outros modelos teóricos podem auxiliar na análise do processo de transnacionalização do movimento, somando-se às formulações expostas anteriormente. Recorremos ao processo de difusão, que se insere em um quadro mais abrangente acerca dos processos e mecanismos verificados nas chamadas ações disruptivas. Neste sentido, condiz em certa medida com o pensamento de Sikkink, como demonstra a autora em sua definição de movimentos transnacionais:

“Diferente das redes e coalizões transnacionais, os movimentos sociais transnacionais freqüentemente mobilizam suas bases (transnacionais) para a ação coletiva sob modalidades de protesto e de ação disruptiva. Esta definição dos movimentos sociais transnacionais se ajusta às definições de movimentos sociais locais, que colocam a ênfase na presença da mobilização e das ações disruptivas como traços característicos (Tarrow, 1994; Rucht, 1996; Kriese, 1996). Os teóricos de movimentos sociais sustentam que a capacidade dos movimentos em produzir a mudança social está vinculada com sua capacidade disruptiva ou ameaçadora da ordem social existente”. (Sikkink, 2003, p. 305. Tradução minha).

Na definição de Tarrow:

---

<sup>21</sup> Tanto o modelo espiral quanto o padrão bumerangue tomam como suporte teórico o construtivismo aplicado à disciplina de Relações Internacionais, em especial o pensamento desenvolvido pelos teóricos mais proeminentes desta matriz, a saber, Wendt, Onuf, Kratochwil, Kubáľková. Partindo da premissa de que o mundo é construído socialmente, tais autores atentam pra o papel das normas na formação de regimes internacionais e na conformação do comportamento, do interesse e da identidade estatal. Entretanto, esta designação geral não implica uma homogeneidade no paradigma construtivista, pelo contrário. Entre estes teóricos, optamos por salientar as perspectivas dos dois primeiros. Wendt se baseia no interacionismo simbólico, desenvolvido por George Mead, da escola de Chicago. A partir da interação entre os atores ocorre uma diferenciação entre o “eu” e o “outro”, passando a estabelecer um padrão de comportamento, que conformará a identidade do ator e, conseqüentemente, seus interesses. Segue, assim, a máxima: “o que eu quero depende do que sou”. O pensamento de Wendt está fundamentalmente voltado para o ator estatal, como salienta o autor (1992, 1999). Sua teoria se destaca também pela sofisticação metodológica. Onuf (1998) parte do estudo de normas e regras na formação dos atos de fala (*speech acts*) dos sujeitos sociais. O teórico insere-se na corrente que inaugura em RI a virada lingüística do construtivismo, remetendo-se ao pensamento de Wittgenstein. Segundo esta corrente, integrada igualmente por Fierke (2001), as práticas adquirem significado em um contexto de regras, envolvendo linguagem e ação.

“Para ser transnacional, um movimento social deve ter bases políticas e sociais fora de seu estado-alvo ou sociedade; mas para ser um movimento social, deve estar claramente arraigado em redes sociais em mais de um estado e engajar-se na política da contenda, na qual pelo menos um estado é parte da interação”. (Tarrow, 2000, p. 14. Tradução minha).

Com base nestas citações, podemos constatar que tanto a externalização quanto difusão, processo elaborado por McAdam, Tarrow e Tilly, encerram dois fundamentos que irão guiar seus respectivos quadros teóricos: o caráter institucional e o territorial. Neste caso, a definição de Tarrow pouco vem a acrescentar ao nosso estudo, posto que apresenta as mesmas restrições impostas pela terminologia de Sikkink quanto à ocorrência de um movimento transnacional. O enfoque na questão territorial como um requisito para a dimensão transnacional de um movimento não apenas estabelece empecilhos à sua observação, mas negligencia outros fatores que podem atestar sua transnacionalização, como a formação de identidade entre um movimento e os atores externos a este, proveniente do contato entre as partes, e a orientação que permeia os clamores do grupo.

Ao refletirmos sobre tais fatores, não nos limitando à transposição das fronteiras estatais, tornamos mais flexível o conceito de movimentos transnacionais, permitindo indicar sua ascensão ainda que seus membros não atuem em mais de um país. Torna-se legítimo para um movimento local experimentar sua transnacionalização mediante a construção de uma identidade compartilhada com atores não-estatais que transitam na dimensão transnacional, internacional e global.

O que poderia atestar uma contradição inerente ao pensamento desenvolvido aqui, bem como à transnacionalização dos seringueiros, na verdade demonstra a complexidade de tal processo. Devemos ressaltar que não desconsideramos a existência de barreiras geográficas. Com efeito, o caráter transfronteiriço das relações sociais permeia o processo de transnacionalização de um movimento local, como nos indica o próprio sentido do termo “trans-nacional”. Outrossim, ao optarmos por utilizar os mecanismos de difusão e mediação, estamos assumindo a importância que as fronteiras de alguma maneira ainda exercem nas relações sociais. Entretanto, simplesmente não conferimos a estas o relevo que encontram nos conceitos de Tarrow e Sikkink. Embora ainda permaneçam na rotina do cenário externo, os limites

territoriais mostram-se mais fluidos, imbuídos em um contexto multidimensional, como apontamos acima.

Inserimos também neste pensamento a importância que assumem as mensagens transmitidas pelo movimento e seu conteúdo. Dessa forma, um movimento é passível de se transpor para uma outra dimensão ao evidenciar em seus clamores questões percebidas pelos demais como transnacionais ou globais. No que concerne aos seringueiros, isto quedará patente no conteúdo da mensagem, em torno da devastação da floresta tropical, à época considerada um problema global. Neste sentido, o conteúdo da mensagem influi na construção de uma identidade compartilhada, posto que os atores se reconhecem pelo que possuem em comum; no caso de atores de bagagens culturais tão distintas, o comum pode ser apontado no discurso que ecoam, na representação de seu conteúdo, ou mesmo nos objetivos que perseguem.

Outro ponto similar entre os conceitos de Tarrow e Sikkink recai sobre sua face institucional, incluindo estados e organizações internacionais. Nos processos de externalização e difusão, conforme o proposto pelos autores, as organizações internacionais formam uma arena que permite a proliferação e o fortalecimento do ativismo transnacional por meio de conferências nas quais há o encontro dos atores não-estatais e a troca de informações. Junto com o estado, representam uma estrutura de oportunidades ampliada, principalmente com a multiplicação de democracias, instituições e organizações não-governamentais nas últimas décadas<sup>22</sup>. O campo institucional é, pois, interpretado como um repositório de possibilidades para a ação dos atores não-estatais, evocando uma herança teórica em Keohane e Nye sem, contudo, aprofundá-la. Lembremo-nos que a antiga tradição transnacional defendida por tais teóricos pouco acrescentou no estudo sobre os atores não-estatais. E mesmo, podemos afirmar que ignorou as ações de ativistas e movimentos sociais, apenas apontados em sua definição sobre o transnacionalismo<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Sobre a multiplicação das ongs, ver Sikkink & Smith (2002), Smith & Bandy (2005) e o 4º capítulo desta dissertação.

<sup>23</sup> Cf. Keohane & Nye (1977). Della Porta e Tarrow desenvolvem o termo “internacionalismo complexo”, se propondo a avançar nos estudos de Keohane e Nye. Segundo os autores, a “internalização complexa” refere-se a “expansão de instituições internacionais, regimes internacionais, e a transferência de recursos de atores nacionais e locais para o cenário internacional, produzindo

Os fatores discutidos acima reforçam nossa aproximação com o conceito de Diani e, conseqüentemente, seu refinamento por Eschle e Stammers, que compreendem os MS enquanto “uma rede de interações informais que unem grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais em disputas por mudança social na base de uma identidade compartilhada” (Eschle & Stammers, 2004, p. 353. Grifo meu). Cabe insistirmos que além de Sikkink, Tarrow igualmente considera a relevância das redes na conceitualização de movimentos sociais. Novamente, afastamo-nos de forma tênue das barreiras expostas pelo foco na territorialidade e instituições e nos aproximamos de um conceito que salienta o papel das redes e da formação de uma identidade compartilhada entre os atores.

Conquanto o conceito de Tarrow implique um estreitamento de nossa análise, sua teorização acerca dos processos e mecanismos que permeiam a ação coletiva nos faz avançar no processo de transnacionalização dos MS, em especial dos seringueiros. Por conseguinte, a aplicação de seu *framework* se dará até certa medida, de modo que não prejudique a compreensão do objeto de estudo aqui selecionado. Estamos nos referindo mais precisamente às contribuições trazidas pelo processo de mudança de escala (*scale shift*) e seus mecanismos, entre estes a difusão e o *brokerage*.

Para procedermos no exame de tal processo e mecanismos, é preciso esboçar de forma sucinta o quadro teórico no qual se inserem. Devemos ter em conta, assim, que McAdam, Tarrow e Tilly (2001) direcionam sua análise para o que denominam de “política da contenda/litígio” (*contentious politics*). Por este termo referem-se às disputas políticas coletivas durante um determinado período, travadas no espaço público, e que envolvem os sujeitos autores das demandas e o governo. Como uma disputa política, a contenda encerra um conflito de interesses entre os autores das reivindicações e os demais atores participantes da arena de disputas, na medida em que estes percebem a mensagem do grupo e suas ações como uma ameaça.

A esfera institucional aparece nesta formulação não necessariamente como o alvo do litígio, podendo servir como um mediador ou mesmo um reivindicador. Inicialmente formulado para o nacional, o modelo é passível de ajuste para o âmbito

---

ameaças, oportunidades e recursos para as ongs internacionais, movimentos sociais transnacionais e, indiretamente movimentos sociais tradicionais (Della Porta & Tarrow, 2005, p. 235. Tradução minha).

local, internacional e transnacional, como reforçam os autores. Daí, a relevância que assumem as organizações internacionais quando a teoria é revertida para o âmbito transnacional, sejam como o alvo das demandas, o mediador entre o ator coletivo e seu alvo (que pode ser um estado, uma empresa), ou o representante das reivindicações. Neste sentido, a “política litigiosa” visa não apenas desmistificar um conceito de política, que reconhece a legitimidade da ação estritamente dentro do plano institucional, mas insistir na fluidez de barreiras entre o institucional e o não-institucional. A ação política, no caso, não se circunscreve apenas ao plano das instituições, sendo também exercida pela coletividade ou por representantes institucionais em nome desta coletividade (McAdam et al, 2001, p. 5).

A contenda transita entre estes dois planos e compreende tanto os atos imbuídos na rotina das instituições, quanto aqueles desempenhados por atores externos a estas. Os teóricos classificam-na em duas categorias: a regular (*contained*), que possui as características da contenda delineadas anteriormente, com o acréscimo de que todos seus participantes constem como atores políticos mesmo antes da disputa; e a transgressiva, que se distingue da regular pelo caráter inovador da ação coletiva ou pelo fato de alguns de seus participantes se perceberem recentemente como atores políticos.<sup>24</sup>

No que tange a esta tipologia da política de contenda, poderíamos associar as ações empregadas pelo movimento a ser examinado à transgressão, uma vez que os seringueiros não consistiam em atores políticos previamente à disputa. De maneira inversa, tornaram-se atores políticos mediante um processo de formação constante, que se estende desde sua mobilização e consolidação de um movimento, até sua desarticulação. Atores políticos são, nas palavras dos teóricos, “grupos de pessoas e relações entre pessoas cuja organização interna e conexões com outros atores

---

<sup>24</sup> Uma ação é classificada como inovadora ao “incorporar demandas, selecionar os objetos de tais demandas, incluir representações coletivas, e/ou adotar meios que são sem precedentes ou proibidos pelo regime em questão” (McAdam et al, 2001, p. 49). No caso dos seringueiros, poderíamos salientar o “empate” como uma ação inovadora. Os empates consistiam em formas de resistência organizadas para impedir o desmatamento e a implantação de fazendas de gado, assegurando as colocações de seringa. Nestas mobilizações, os seringueiros atuavam principalmente por meio do convencimento, e contavam eventualmente com a participação de mulheres e crianças. Entendemos os empates como ações sem precedentes, que provocaram um “clima” de incerteza e ameaça entre as autoridades e os proprietários de terras na região.

políticos se mantêm substancialmente contínuas no tempo e espaço” (McAdam et al, 2001, p. 12).

Para nossa finalidade, basta entendermos que o movimento enquanto um ator político recém constituído age de modo a promover uma mudança social, ameaçando os interesses de “outros”, tendo o estado como alvo e as instituições internacionais como mediadoras. Nesse cenário dinâmico, atuam ainda seus aliados no plano doméstico e transnacional. Mais importante do que classificar a ação do movimento é entender como esta sucedeu e em que medida influenciou na relação entre os membros envolvidos na disputa, na formação do ator coletivo e em sua transposição para uma outra escala. Com isso, não nos propomos a testar a conexão entre o traço inovador da contenda e o processo de transnacionalização, mas como a ação em si repercute em tal processo. Será a dinamicidade das relações entre o movimento, seus participantes e os demais atores (oponentes, estado, instituições e aliados) verificada na “política da contenda” que expressará seu diferencial ao longo da transnacionalização. Esta peculiaridade é atribuída à combinação de mecanismos e processos, agindo em concomitância em um mesmo episódio.

Dos processos aludidos na “política de contenda”, a mudança de escala reproduz o modo pelo qual o ator coletivo é transposto para uma outra dimensão, rompendo as barreiras entre espaços sociais antes isolados. Representa um processo mais abrangente, incorporando a difusão como um de seus mecanismos, conquanto a este seja creditado o *status* de processo de transnacionalização por Della Porta e Tarrow.

Inicialmente pensado para o nacional, o modelo converge para um processo de transnacionalização ao ser aplicado para o plano externo. Esta alteração trará conseqüências positivas para a análise do movimento dos seringueiros e, acreditamos, dos MS em um sentido mais amplo. Tal afirmação explica-se quando avaliamos o recrudescimento do potencial explanatório da teoria ao constatarmos o amplo sentido que o processo de mudança de escala passa a envolver: a multidimensionalidade experimentada pelo ator coletivo. Isto significa que, a partir deste processo, um movimento local pode ser transposto para a dimensão nacional, internacional, transnacional e global, embora este último plano seja desconsiderado pelos teóricos

da “política de contenda”. Voltaremos a este ponto mais adiante quando tratarmos da relação local-global.

A mudança de escala deve ser analisada em conformidade com a dinâmica apresentada no quadro teórico. Não constitui um processo que ocorre apartado dos demais. De fato, processos como a mobilização e a mudança de escala podem suceder simultaneamente em um mesmo episódio, ainda que um se destaque em determinado período. O mesmo pensamento se aplica aos mecanismos. Quanto à mudança de escala, Tarrow & McAdam (2005) atentam para: atribuição de similaridade, emulação, difusão e sua variante, a mediação. Ao discorrermos acerca de cada um destes, tornaremos sobressalente um outro aspecto relevante do modelo: sua inserção no paradigma construtivista, prezando pela intersubjetividade na interação social.

O primeiro dos mecanismos, a atribuição de similaridade, está diretamente associado ao enquadramento da mensagem e da identidade do ator coletivo. Para que atores externos adotem as mesmas idéias e/ou atos de um grupo específico, faz-se imperioso o mínimo de identificação entre os atores. A identificação, para ser alcançada, requer a adaptação das demandas do grupo para que sejam legitimadas pelo “outro”. Neste processo de legitimação das demandas, é possível que o “outro” reconheça na mensagem propagada pelo grupo alguns aspectos em comum. Tais aspectos variam, abrangendo um leque que vai desde situações vivenciadas, fatores culturais, ou mesmo uma idéia compartilhada.

Entretanto, acreditamos que o mecanismo em questão nos revele muito pouco sobre o processo de transnacionalização de um movimento local e sua ligação com a formação de identidade. Temos em mente que a construção de identidade de um movimento transnacional encerra um nível de complexidade incapaz de ser compreendido através da aplicação de tal mecanismo. Nosso argumento se baseia na singularidade demonstrada no processo de formação de identidade entre atores de experiências e bagagens culturais distintas que, para atuarem em conjunto, identificam um elemento mínimo que permita sua união<sup>25</sup>. Ainda, o estabelecimento de uma identidade compartilhada se faz em paralelo à manutenção de suas identidades-base, ou seja, de identidades prévias à construção da identidade mínima.

---

<sup>25</sup> DELLA PORTA, 2005.

A premissa se dirige de um modo geral à formação de identidade para o ator coletivo, desvelando a crença na unidade do sujeito, e demonstrando no nosso caso que um movimento social, seja local ou transposto para um outro plano, surge em sua formação de uma constante interação e negociação entre suas partes.<sup>26</sup>

Este será o pensamento aplicado aos seringueiros e tratado posteriormente quando analisarmos o terceiro processo de transnacionalização: a ação transnacional. Verificaremos, então, ao longo deste trabalho como um movimento enraizado em sua cultura local foi capaz de formar uma identidade compartilhada com atores diversos sob a alcunha do termo ambientalista. Neste sentido, o enquadramento assumirá sua forma mais completa, abarcando além da construção da mensagem, a da identidade e das práticas do grupo.

A emulação, ou a adoção dos atos de um grupo pelo “outro”, guarda uma conexão com a atribuição de similaridade. Como exposto, a “cópia” da ação resulta da identificação, mediante o enquadramento da mensagem e identidade, o que faz da atribuição de similaridade um “mecanismo mediador” (Tarrow & McAdam, 2005, p. 129). Não obstante, avaliar a emulação não constitui nossa intenção, uma vez que acreditamos não ser necessária sua presença para a transnacionalização de um movimento. Do contrário, argumentamos que sua transposição para outras dimensões possa ocorrer mediante o enquadramento da mensagem, tornando-a audível aos demais, evocando uma idéia que acarrete na identificação dos atores. Outrossim, o sentido atribuído à ação do grupo e seu reconhecimento pelos atores externos não implicam inevitavelmente sua adoção por parte destes ou sua prática em outro espaço social. A transnacionalização para nós adquire um outro color quando nos detemos nos contatos estabelecidos entre um movimento e os atores externos à luta, a formulação da mensagem e a identidade compartilhada entre eles.

Dos mecanismos apontados acima nos concentramos na difusão e na mediação (*brokerage*). O primeiro se subdivide em difusão relacional (*relational diffusion*) e difusão não-relacional (*non-relation diffusion*). A difusão singulariza-se pela transmissão de idéias propagadas pelo grupo. Este processo pode suceder de duas maneiras: por meio de contatos já existentes entre os atores, ou através de meios

---

<sup>26</sup> Cf. nota 17.

impessoais – a exemplo de jornais, rádio, internet – referindo-se respectivamente aos tipos de difusão apontados.

A diferença para sua variante, a mediação, repousa no fato desta estabelecer uma ligação entre espaços sociais previamente isolados. Sob a ação de um mediador (*broker*), atores apartados, sem qualquer vínculo entre si, são postos em contato. Entre os mediadores, encontramos uma variedade de atores, desde uma única pessoa até organizações, que se classificam nesta mesma categoria pela posição estratégica que ocupam: constituem atores que se sobressaem por transitar entre grupos e espaços distintos, capazes de conectá-los.

Neste sentido, a difusão e em especial a mediação serão cruciais para a transposição de um movimento local para uma outra escala. Salientamos este último por razões diversas. Entendemos a mediação como um mecanismo mais refinado, que não pressupõe uma relação entre as partes ou uma identificação prévia entre estas para ocorrer. Se a difusão admite a disseminação de um movimento local para outro plano, isto requer que os atores destes espaços apresentem uma relação anterior ao processo e que, portanto, se reconheçam minimamente. Embora a identificação prévia não seja uma regra, é mais exequível que esta se apresente na difusão em virtude do contato já estabelecido entre os atores. Podemos concluir que a interação social, neste caso, precede a atuação do mecanismo, ainda que se assevere durante o mesmo. Assim, recorremos às palavras dos autores: “Visto que a difusão relacional envolve a transferência de informação ao longo de linhas de interação estabelecidas, pode-se esperar que na maioria dos casos os adotantes em potencial já se identifiquem com os iniciantes do movimento” (Tarrow & McAdam, 2005, p.129. Tradução minha).

Na mediação, ao contrário, é a partir da atuação do mediador que os atores estabelecem contato e se reconhecem, o que possibilita posteriormente a formação de uma identidade e a transposição do movimento. Dessa forma, verificamos que o mecanismo de mediação encerra em sua essência o rompimento de maiores obstáculos à transnacionalização, indo além da difusão. Mas isto não significa desconsiderar a difusão, posto que tais mecanismos não demonstram ser incompatíveis. Pela dinamicidade da teoria, é provável que estes sucedam em concomitância, sem excluir-se. Ainda, a mediação vem acrescentar elementos na

disseminação de idéias, sofisticando-a. Este é o caso do mediador, que funciona como uma espécie de tradutor, possibilitando a união de discursos diferentes, ou mesmo incompatíveis sob um primeiro olhar. O mediador, então, constitui peça-chave neste processo de disseminação de idéias entre mundos previamente isolados: é a figura que dispõem em maior ou menor grau de legitimidade entre estes espaços, sendo hábil o bastante para transitar entre eles. Nossa percepção acerca da mediação e sua relação com a identidade entre as partes casa com o argumento dos autores, que o classificam como um dos mecanismos atuantes no processo de formação de identidade: “Os mediadores conectam espaços previamente apartados e, em decorrência, promovem a criação de novos atores coletivos e novas relações com outros atores, novas identidades” (McAdam et al, 2001, p.154. Tradução e grifo meus).

Contudo, nada nos leva a crer que tal mecanismo figure como mais relevante que a difusão na transnacionalização de um movimento local. Apenas atestamos suas contribuições e seu refinamento se comparado ao outro. Sua relevância se dá em conformidade com cada caso a que se aplica. No que tange aos seringueiros, podemos atestar que a mediação consiste em um fator elementar para sua mudança de escala, influenciando na construção de uma identidade entre o grupo e seus aliados, e possuindo entre seus principais mediadores Chico Mendes. Aqui, a figura do mediador adquire maior complexidade. Além da habilidade e legitimidade, entendidas por nós como características do mediador em si, Chico Mendes figurava como a principal liderança do movimento dos seringueiros. A ele, atribuímos não apenas as peculiaridades destacadas acima, mas a posição de líder carismático, centralizando todas as atenções do movimento. E, justamente por consistir na principal liderança, identificamos neste mediador um amplo poder de persuasão, exercendo influência e evocando o reconhecimento dos demais atores (internos e externos ao movimento). Esta mescla entre mediador e líder carismático pode ser percebida nas palavras de Raimundo Barros, uma das antigas lideranças:

“A gente tem mantido a conquista das coisas, tamos construindo muita coisa que nós não tinha no passado e que eram o sonho do Chico, como a melhoria do transporte, da educação, da saúde, de tantas outras coisas que eu já me referi. Mas não é com a habilidade, com a ênfase que a gente, se ele fosse vivo, ou então sim tivesse tido uma liderança que tivesse tido e continuasse tendo o cacique, a habilidade que o Chico tinha” (Raimundo Mendes Barros, em entrevista).

Cabe ressaltarmos que tal mecanismo envolve não apenas a formação de identidade, mas a negociação por parte do mediador paralelamente ao enquadramento dos clamores do grupo. A mediação, por conseguinte, atua nas dimensões cognitiva e estratégica, estando em sintonia com o construtivismo estratégico adotado no padrão bumerangue/modelo espiral. Conquanto os teóricos da “política da contenda” rejeitem uma formulação calcada na estrutura de oportunidades por compreenderem-na como um modelo estático, a inserção de mecanismos que atuem simultaneamente pode reverter este quadro, no sentido de torná-lo mais dinâmico. Ademais, os mecanismos aqui descritos permeiam um cenário de interação social, no qual o significado é construído de forma intersubjetiva. Neste cenário, o mediador estabelece a ponte entre dois espaços e grupos sociais antes separados; constitui um ator que promove a interação entre as partes. A relação entre estas, portanto, ocorre. Mas é através da mediação que os atores interagem e vêm compartilhar uma identidade.

A formação de identidade nos insere no terceiro processo de transnacionalização. De acordo com Della Porta e Tarrow, a ação coletiva transnacional designa “campanhas internacionais coordenadas da parte de redes de ativistas direcionadas a atores internacionais, outros estados, ou instituições internacionais” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.7. Tradução minha) Esta definição nos remete novamente ao cunho institucional examinado nos conceitos de movimentos transnacionais, conforme elaborados por Sikkink e Tarrow. Mas, principalmente, nos conduz ao caráter territorial dos mesmos conceitos e, em decorrência, às restrições impostas pela exigência de bases de mobilização em outros estados. A questão que se coloca, então, é a seguinte: como equacionar o conceito de ação transnacional exposto acima com uma definição de movimentos transnacionais que se distancia sutilmente da linha de pensamento que prioriza a o institucional e o territorial?

O primeiro ponto que devemos ter em mente concerne às especificidades que para nós tipificam um movimento como transnacional, o que talvez dependa de cada caso estudado. No que tange aos seringueiros, não resta dúvida que a ação transnacional figurou como um fator relevante, haja vista a campanha contra o

desmatamento da Amazônia junto ao Banco Mundial, em aliança com ongs, entidades e ativistas internacionais, formando uma rede transnacional. Ainda, não descartamos a importância de tais ações para a construção de uma identidade entre os atores envolvidos e a ampliação das alianças estabelecidas: a ação consiste em um momento privilegiado, que une os atores em torno de uma mesma causa, ainda que tal causa signifique o mínimo compartilhado entre eles. É também durante as campanhas internacionais, e anteriormente quando da sua elaboração, que os atores trocam informações, estabelecendo contatos ou mesmo fortalecendo-os.

Mas como podemos entender um movimento eminentemente local como transnacional uma vez que as campanhas elaboradas em conjunto com ativistas transnacionais chegam ao seu término? Seria a derrocada deste enquanto um ator coletivo transnacional? Se nos basearmos estritamente na definição acima como o elemento que confere a um ator coletivo seu traço transnacional, constatamos que o movimento em si não necessariamente se transnacionaliza. Do contrário, integra uma rede mais ampla, esta sim transnacional, composta por atores de diversos países. O movimento mantém-se como local, apenas participando de um movimento transnacional. No caso dos seringueiros, por exemplo, o movimento em si não seria considerado transnacional, mas parte de um: o movimento ambientalista.

Entendemos que a ação transnacional pode se mostrar considerável durante a transnacionalização de um movimento local, o que não implica afirmar que somente sua existência será imprescindível para que tal processo se desenrole. Concentramos-nos aqui em outros tentos: a formação de uma identidade comum entre grupos locais e aliados externos; e o conteúdo da mensagem a ser propagada pelos mesmos, expresso nas questões aludidas pelos atores. Quanto à construção da mensagem e seu enquadramento, já nos estendemos de forma considerável em outra parte. Também já aclaramos que a mensagem pode ser adaptada às expectativas de seus receptores, evocando o sentimento destes. Envolve, portanto, a construção de significado e o lado estratégico, marcado pelo aproveitamento das oportunidades disponíveis aos atores e a ampliação das mesmas ao se obter um maior número de aliados, por exemplo.

O conteúdo da mensagem, neste caso, é crucial para angariar o apoio de atores no âmbito externo. O enquadramento do discurso deve englobar uma questão

considerada por seus receptores, levando ao reconhecimento do movimento e, conseqüentemente, sua legitimação perante os outros atores, inclusive o alvo das ações. No que tange à transnacionalização de um movimento local, faz-se necessário que o conteúdo da mensagem seja direcionado a questões que não se restrinjam ao seu plano de origem, mas que incluam de alguma forma um fator que seja percebido como relevante e que desperte a solidariedade dos demais, atingindo outras dimensões para além da local. Como observamos, os seringueiros direcionaram seus clamores à proteção da floresta tropical, um problema percebido à época como global.

Neste sentido, é possível que a mensagem evoque a dimensão global, o que não significa tipificar um movimento como global. Mesmo que este propague valores considerados universais, nos restringimos a analisar a relação entre o conteúdo da mensagem e a obtenção de aliados externos ao movimento, atentado para os atores transnacionais. Conquanto o enquadramento da mensagem ocorra em moldes globais, nos propomos a examinar as conexões transnacionais que permeiam o enquadramento e seus resultados para o movimento local: um número mais expressivo de aliados, a ampliação e criação da estrutura de oportunidades, o reconhecimento entre os atores. Estamos tratando da transnacionalização de um movimento local e não de sua globalização, ainda que o global configure uma das dimensões constitutivas do ator coletivo aqui estudado.

Nosso enfoque na transnacionalização do movimento, portanto, não negligencia a dimensão global, que se fará presente em tal processo e figurará como um elemento relevante para a avaliação da hipótese de que a defesa de uma causa ambiental global – a proteção da floresta tropical – teria possibilitado o estabelecimento de relações transfronteiriças e que ultrapassam a dimensão local. Contudo, o conceito de movimento global apresenta algumas falhas para o estudo do nosso objeto, o que quedará mais claro quando discutirmos a relação entre o local e o global.

Outro ponto a ser salientado por nós diz respeito à formação de uma identidade entre os atores que participam do processo de transnacionalização de um movimento local, a saber, os integrantes de tal movimento e aqueles que o apóiam.

Aqui, ao nos determos na construção de uma identidade compartilhada, estamos interessados, sobretudo, em avaliar como os contatos estabelecidos entre os atores influenciaram a criação/mudança de uma identidade entre os primeiros. Desse modo, nossa observação, que inicialmente avalia o(s) processo(s) de transnacionalização do interno para o externo, percorre o caminho inverso: a fim de compreendermos as implicações da interação entre os atores para o grupo local, no que se refere à construção de uma identidade comum, nos detemos no sentido do externo para o interno.

Mas antes de discorrermos acerca deste último fator, cabe atentarmos para algumas alterações associadas ao processo de ação coletiva transnacional e que afetarão o modo pelo qual a construção de identidade é entendida pelos teóricos de movimentos sociais. A ação transnacional é freqüentemente empregada para designar as manifestações mais recentes no cenário externo, ressaltando-se um novo tipo de ativismo transnacional baseado na tolerância, inclusão, uma nova visão sobre o fazer político e, em especial, centrada no papel do indivíduo e da subjetividade, em detrimento do coletivo e da intersubjetividade. Tal ativismo é também entendido por muitos como o pilar de uma sociedade civil global e seu potencial emancipatório.<sup>27</sup>

Entre os fatores que teriam contribuído para a ascensão deste novo ativismo estão as alterações estruturais. Nas duas últimas décadas, o sistema internacional tem sido palco de grandes alterações após um longo período de estabilidade. Entre estas, uma das mais relevantes e, porque não afirmar inesperada, diz respeito ao fim da Guerra Fria. A partir de então, teve início um período de rearticulação do âmbito internacional, no qual o número de instituições e organismos recrudescer consideravelmente. Este fato significou uma ampliação do campo de atuação dos atores não-estatais, ainda que não necessariamente estas instituições indiquem a existência de um espaço mais democrático e aberto a estes atores. Multiplicou-se, ainda, o número de organizações não-governamentais, contribuindo igualmente para intensificar o ativismo transnacional.

---

<sup>27</sup> Entre os que defendem tal visão, destacam-se Della Porta (2005) e Anheier et al (2004). Para uma crítica, ver Chandler (2004) e Gómez (2001).

Ademais das mudanças contextuais, Della Porta e Tarrow indicam uma alteração cognitiva e relacional. Esta compreende as relações entre os ativistas e entre estes e a esfera institucional. Assim, ativistas que se agrupavam em áreas distintas passaram a estabelecer conexões em torno de temas comuns e que perpassam estas áreas, e as instituições que formam o alvo das campanhas e protestos tiveram ao seu favor o “uso legítimo dos meios de violência” contra os manifestantes.<sup>28</sup>

Quanto às alterações, pretendemos enfatizar o papel da mudança cognitiva nas relações entre os atores transnacionais. Entendemos que o lado cognitivo guarda uma ligação não apenas com a construção de identidade, mas com o enquadramento da mensagem e o significado atribuído a ação. Relembramos, destarte, o argumento elaborado anteriormente acerca da interação entre estes tentos: a ação orquestrada entre seus participantes está de acordo com a mensagem formulada pelos mesmos e sua identificação com a causa. Estes elementos estão interligados, se co-constituindo.

No que tange aos fatores que levam a transnacionalização de um ator coletivo local, conservamos este pensamento. Contudo, ressaltamos novamente que acreditamos ser possível a saliência de um fator ou outro para que a transnacionalização suceda. No caso a ser investigado, insistimos em dois aspectos: na relevância assumida pelo conteúdo da mensagem enquadrada, e com isso nos referimos à orientação dos clamores do grupo local para um problema que ultrapassa a dimensão local, alcançando o internacional, o transnacional e o global; e, principalmente, na construção de uma identidade entre ativistas e o movimento, de modo que de tal encontro surjam resultados que possibilitem uma alteração na identidade do grupo, ou a harmonização entre a recém-formada e aquela reconhecida como o pilar do grupo.

Torna-se pertinente, a partir do esboçado acima, nos concentrarmos na formação de uma identidade entre atores transnacionais. Avaliaremos no que se segue a exequibilidade do termo identidade flexível ao nosso objeto de estudo.

A identidade flexível é elaborada por Della Porta com o intuito de assinalar o estabelecimento de uma identificação entre atores os mais distintos, que se reconhecem pelo mínimo em comum, pretendendo avançar no pensamento presente

---

<sup>28</sup> Cf. os artigos de Della Porta e Bennet, In. DELLA PORTA & TARROW, 2005.

na literatura de movimentos sociais de que os atores coletivos não constituem um sujeito uniforme. Outrossim, o conceito está igualmente calcado na abordagem de Melluci no que se refere à a relevância da escolha individual e da subjetividade para a identificação do ator. Enfoca, portanto, o lado cognitivo do reconhecimento entre os indivíduos em detrimento do estratégico.

Della Porta se propõe a examinar a emergência de uma identidade transnacional, mas direcionada ao ativismo mais recente. Isto explica a ênfase da autora no papel do indivíduo e na dimensão subjetiva, na medida em que este “novo ativismo” se distancia das marcas atribuída aos movimentos sociais e que já vinham sendo rompidas através da ascensão dos chamados “novos movimentos sociais”: fraca organização; conexão entre áreas distintas na defesa de uma causa comum, ou a adoção de um discurso mais amplo como a “justiça ambiental”, “justiça global”; uso de novas táticas, que incluem desde a ação mais violenta até a teatral<sup>29</sup>; o pertencimento a diversas organizações concomitantemente; a inexistência de um sujeito privilegiado na ação, já que todos se reconhecem como iguais, ocupando o mesmo patamar. A formação de identidade entre estes atores responde, ainda, a outros elementos que auxiliam na especificação dos sujeitos que compõem este ativismo: a tolerância, a aceitação da heterogeneidade entre estes como algo positivo; uma visão de política que não se refere aos canais institucionais, mas que ressalta a participação dos atores.

Dentre os fatores apontados acima, a diferenciação entre os ativistas e a tolerância se destacam na construção desta identidade, junto à dimensão subjetiva e individual. Segundo o conceito, indivíduos de bases culturais as mais diversas reconhecem-se pelo mínimo que possuem em comum. A determinação de um denominador mínimo permite que atores atrelados previamente a organizações distintas, com enfoques variados, atuem conjuntamente em direção a uma mesma questão. Ao passo que desenvolvem uma identidade entre si, calcada na inclusão e tolerância, conservam identificações anteriores à ação coletiva transnacional,

---

<sup>29</sup> As táticas e estratégias utilizadas pelo “novo ativismo”, freqüentemente entendido como um movimento anti-globalização, são ilustradas por Kate O’Neil (2004) ao analisar a atuação de tais atores, sua relação com as instituições internacionais e as características que estabelecem uma cisão entre os componentes das manifestações.

conferindo o que os autores descrevem como “pertencimentos múltiplos” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.238).

A identidade flexível confere à dimensão subjetiva e individual um papel-chave na medida em que o enquadramento da mensagem e sua identificação está para além das propriedades cognitivas e estratégicas apresentadas anteriormente; inclui o processo de “contaminação na ação” em cada ator, que independe das organizações envolvidas (Della Porta, 2005, p.178). Dessa maneira, Della Porta remete-se diretamente aos movimentos mais atuais, entendidos como movimentos globais ou anti-globalização, cujas manifestações se desenvolvem em grande parte entre o ativismo do Norte<sup>30</sup>. Em suas palavras:

“Nos novos movimentos transnacionais, as tensões entre organizações e indivíduos diferentes são reduzidas pelo desenvolvimento de identidades flexíveis. Se os movimentos antigos enfatizavam a igualdade – entendida como uma “comunidade de iguais” – os ativistas nas mobilizações transnacionais contemporâneas enfatizam a diversidade como um recurso positivo para os atores coletivos. Campanhas concretas em comum são percebidas não apenas como construídas sob um denominador mínimo comum, mas como a base para o desenvolvimento de um entendimento compartilhado da realidade externa. Apesar dos pertencimentos múltiplos, os ativistas enfocam o papel importante da “subjetividade” e envolvimento individual. A identificação com causas globais não exclui outros tipos de identificação” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.240. Tradução minha).

A definição de Della Porta, contudo, nos coloca alguns problemas se pensamos em aplicá-la para designar uma identidade compartilhada entre integrantes de um movimento local, considerado como parte dos “antigos movimentos sociais”, e os ativistas transnacionais. Como elaborada, a análise negligencia os antigos movimentos e, em decorrência, sua transnacionalização. Neste caso, minimiza a ação das organizações formais que formam um dos pilares destes movimentos ao prezar pela subjetividade e individualidade. Destarte, enquanto um termo que singulariza a identidade transnacional, a identidade flexível demonstra ser eficaz para um ativismo específico, negligenciando os demais processos e relações entre atores transnacionais.

Não obstante, o termo suscita algumas reflexões para o movimento em foco. A partir da análise de Della Porta, torna-se exequível pensarmos na construção de uma identidade compartilhada entre atores de bagagens sócio-culturais distintas, que

---

<sup>30</sup> Não ignoramos aqui o papel das manifestações ocorridas nos países em desenvolvimento, como as presentes no Fórum Social Mundial, que estabelecem o contato entre ativistas de distintas regiões do mundo. Contudo, a autora parte de uma observação calcada no ativismo de países desenvolvidos, que incluem as ações do Fórum Social Europeu.

se reconhecem pelo mínimo em comum, atuando em torno de uma mesma causa. Do encontro entre atores que aparentemente não apresentariam qualquer compatibilidade, emerge um discurso e uma identidade compartilhados na medida em que estes atores identificam um denominador comum que permita atuarem em concordância. O enfoque que atribuímos ao “mínimo em comum” faz-se extremamente importante tendo em vista dois pontos. Tratamos das relações estabelecidas entre atores que se diferenciam e/ou que inicialmente apresentam visões de mundo diversas. Ademais, a formação de uma identidade compartilhada tendo como base o “mínimo em comum” permite a permanência de uma identidade prévia ao encontro.

A construção de uma “identidade mínima” ou compartilhada vai ao encontro do pensamento presente na literatura de MS que atesta a superposição de identidades do ator coletivo e, conseqüentemente, sua fragmentação. Outrossim, a superposição de identidades apontada por Della Porta na construção de uma identidade transnacional, ao utilizar a expressão “pertencimentos múltiplos”, já se mostrava presente no trabalho elaborado pela autora em conjunto com Diani (Della Porta & Diani, 1999). Contrapõe-se, por conseguinte, a uma pretensa homogeneidade do ator, ainda que esta possa ser ocasionalmente propagada por seus integrantes como um fato. .

Quando transposta para o plano transnacional, a interação social nos parece mais complexa justamente por tratar-se de atores provenientes de sistemas sócio-culturais distintos e que não gozavam de qualquer contato anterior à transnacionalização. Atores que desenvolvem uma mesma mensagem e se identificam pelo mínimo que compartilham entre si. Compreendemos que neste cenário as dimensões cognitiva, simbólica e estratégica, que compõem o mecanismo de enquadramento, desempenham um papel fundamental, permeando as ações dos atores. A elaboração de um discurso comum, que orientará as campanhas internacionais, exige não apenas uma concordância entre o grupo local e seus aliados externos, uma correspondência entre os fatos relatados, os valores associados a estes e a mensagem enquadrada. Há que se considerar igualmente as oportunidades oferecidas bem como a expansão e criação deste campo estratégico a partir da propagação da mensagem.

Faz-se imperioso, neste caso, que os atores busquem uma questão-base, atentando para o estabelecimento de uma harmonia entre suas diferenças e para os acontecimentos que norteiam tanto o âmbito interno quanto o externo. A partir de então, torna-se exequível a construir uma identificação que *a priori* poderia ser interpretada como improvável de suceder. Como compartilham o mínimo em comum, concordamos com Della Porta e acreditamos ser pertinente a “superposição de identidades”. Ao utilizarmos esta expressão para os seringueiros, nos referimos a manutenção de uma identidade anterior, própria ao movimento – a identidade de seringueiro, enraizada nas práticas do grupo, e com forte influência de uma base sindical – em paralelo ao desenvolvimento de uma nova identificação, que aflora do contato na dimensão transnacional – a ambientalista. Convém examinarmos, ainda, até que ponto foi possível a criação de uma outra identidade no decorrer do processo de transnacionalização: a de povos da floresta.

Ao empregarmos a externalização, a mudança de escala e a ação coletiva transnacional para interpretarmos a transnacionalização do movimento dos seringueiros, temos em mente duas observações: tais processos não se excluem, mas atuam em conjunção, imputando à transnacionalização um nível mais elevado de dinamicidade e complexidade; estes mesmos processos, ainda que nos ofereçam mais ferramentas para análise, também nos mostram certas limitações, o que nos leva a descartar sua aplicação completa.

Ainda, estes processos nos auxiliam a comprovar apenas em parte nossas hipóteses, na medida em que destacam certos aspectos presentes na transnacionalização. Entre estes estão a ação coletiva; a formulação da mensagem; a construção de uma identidade mínima; a figura do mediador; a conjunção entre a cognição, o simbolismo e a estratégia. Estão igualmente presentes as dimensões local, nacional, internacional e transnacional. No entanto, silenciam a existência de uma outra dimensão. Estamos aludindo ao global e o papel que esta dimensão exerce na constituição do ator coletivo. Resta-nos, então, aprofundar a análise, enfocando a relação entre o local e o global.

## 2.4. Transnacional ou global?

A relação entre o local e o global tem sido fruto de preocupação entre especialistas de áreas distintas nas Ciências Humanas. Tal fato se deve em muito às mudanças observadas no cenário internacional, apontando para uma reconfiguração do espaço e aceleração do tempo, levando a uma percepção por vezes equivocada entre os que assistem e tentam teorizar sobre os acontecimentos. Nessa medida, um destes grandes equívocos, e talvez o maior, remete-se a uma falsa dicotomia entre estes planos e, em conseqüência, uma interpretação superficial acerca do processo de globalização. Mas para entendermos em que consiste a globalização e como esta interfere na dinâmica das relações sociais, é preciso ter claro a ligação expressa entre o local e o global.

No caso dos seringueiros, já verificamos que o global se apresenta nos clamores de proteção à floresta tropical, utilizado inclusive nas campanhas internacionais impetradas junto aos ativistas transnacionais. Mas o que entender por uma questão global? De acordo com Diani embora algumas questões, como a degradação ambiental, possam ser consideradas como globais, estas devem ser percebidas como tais pelos atores. Ademais um movimento poderia ser interpretado como global na medida em que seus integrantes compartilham uma identidade e direcionam suas ações para uma questão global (Diani, 2005, p.47-52). Sendo assim, o movimento dos seringueiros configuraria um movimento global se pensarmos que os atores envolvidos – seringueiros e ativistas transnacionais – mobilizaram-se em torno de uma causa global e dividiram uma identidade mínima.

Contudo, as constatações de Diani não nos esclarecem o sentido do termo global, nem mesmo desvendam a conexão entre as duas esferas<sup>31</sup>, tão relevante para a investigação acerca de um ator coletivo que inicialmente adotava um discurso enfatizando uma problemática local – o direito e a disputa por terras no Brasil – e

---

<sup>31</sup> Diani classifica como globais as questões que de algum modo mostram-se relacionadas ao advento da globalização, cujo sentido parece estar condicionado pela implementação de políticas neoliberais. O termo global também é também associado pelo autor aos temas freqüentemente tratados pela agenda dos “novos movimentos sociais”, incluindo meio-ambiente, gênero. O conceito mostra-se, portanto, incerto em sua definição, fato que compromete sua análise sobre a relação entre o global e o local (Diani, 2005).

posteriormente passou a focar a proteção da floresta tropical. Devemos salientar que os seringueiros em momento algum abandonaram seus primeiros clamores, direcionados ao acesso à terra, senão reformularam-no, inserindo-o em um contexto mais amplo. Assistimos aqui à conjunção de temáticas que a princípio estariam dissociadas, correspondendo respectivamente ao particular e o universal: de um lado a questão fundiária, de outro a ambiental.

Nesse sentido, o movimento dos seringueiros suscita alguns questionamentos que se remetem à relação entre o local e o global, na medida em que admitimos ser exequível a interpenetração entre estas duas esferas, afetando-se mutuamente. Cabe, então, atentarmos para a interação entre estas dimensões e o papel desenvolvido pelo ator coletivo neste processo. Com isto, referimo-nos ao fato de um problema eminentemente local não apenas afetar a globalidade, mas assumir os traços de uma questão global sem, no entanto, negligenciar o local. De modo inverso, tal questão pode incorporar a localidade, assumindo algumas de suas especificidades, o que não a descaracteriza como global. Como nos sugere Roland Robertson, “o global não está em si mesmo contraposto ao local. Inversamente, aquilo a que nos referimos com frequência como local está essencialmente incluído no global” (Robertson, 1995, p.35. Tradução minha).

O pensamento de Robertson nos confirma a interação entre as dimensões, desfazendo o mito de sua incompatibilidade. Ademais, nos permite refletir sobre o caráter co-constitutivo que permeia esta relação. Se por um lado o global inclui o local e, como decorrência, atua sobre este, por outro constatamos que o local, justamente por sua inclusão no global, também afeta esta dimensão. Não há, portanto, uma direção única neste processo que nos permita inferir a ocorrência de uma ação estritamente do global para o local, fazendo deste um espaço receptor de influências. Nesta dinâmica, as esferas exercem e recebem influência. Ao reconhecermos esta característica, estamos, assim como Robertson, indo de encontro à separação nítida tecida pelos cientistas sociais entre agente e estrutura, e cuja aplicação em Relações Internacionais atingiu seu ápice com o advento do Neorealismo.<sup>32</sup> Não se trata de

---

<sup>32</sup> ROBERTSON, 1995, p.40. Sobre Neorealismo, ver Waltz (2002)

negar a diferenciação entre estes elementos, mas de questionarmos uma formulação que exclui qualquer possibilidade de agência à unidade.

A mesma reflexão empregamos para os atores que operam nestas escalas, em especial aqueles considerados locais, como no caso dos seringueiros. Ao constatar a possibilidade de ação partindo do local, conferimos ao ator relacionado a esta esfera uma postura que não se limita a uma passividade diante da dinâmica global. Com isto, não negligenciamos que as manifestações que sucedem fora do local e, por conseguinte, manifestações externas à dimensão do ator coletivo em sua origem, sejam fonte de impacto em tal dimensão. Acreditamos que diante de um processo global, o ator possa apresentar traços de passividade e, simultaneamente, de agência: como o próprio termo evidencia, estamos tratando daqueles que de algum modo agem. Destarte, o ator coletivo apresenta-se de forma dupla: como aquele que sofre os impactos do processo global; e como aquele que age ou reage em circunstâncias globais, criando e ampliando oportunidades, se reinventando, influenciando no processo. Nas palavras de Gonçalves:

“Há fortes indícios de que determinados sujeitos sociais têm se inserido nos interstícios desse processo de globalização, dando-lhes um sentido inteiramente novo e de integração à nova ordem que vem se desenhando, emprestando-lhes um sentido que não tem sido posto pelas análises globalistas” (Gonçalves, 2004, p.187).

Gonçalves alude ao caráter atuante dos movimentos sociais – entre estes o dos seringueiros – diante da globalização, fato que resulta em uma mudança de interpretação acerca deste processo: a globalização em si não constitui uma dinâmica excludente. Pelo contrário, para Gonçalves as tensões intrínsecas a tal dinâmica tornam possível a inclusão de sujeitos que, a princípio, seriam considerados como excluídos ou, na nossa leitura, passivos, se aceitarmos que nesta reestruturação das relações sociais o ator está relegado à exclusão de modo perene. Apesar da perspectiva adotada pelo geógrafo no que tange à globalização e seus significados, a passagem acima nos fornece indícios que corroboram o caráter atuante/passivo do ator coletivo na dinâmica global. Deste modo, o papel do ator social remete-se à relação entre o local e global que, por sua vez, está inserida em um debate acerca do processo de globalização.

Nossa perspectiva é reforçada pelo pensamento de Robertson. Em alusão à interação entre as esferas, o teórico formulou o termo “glocalização”, pelo qual se entende uma relação de influência mútua e co-constituição entre o local e o global, na qual as tensões mostram-se inerentes. Esta singularidade acerca da dinâmica global, discutida anteriormente e expressa na “glocalização”, torna-se fundamental para nossa argumentação sobre o papel do ator coletivo. Recorremos, então, à compreensão de Eschle e Stammers sobre a questão ao afirmarem que “a idéia de glocalização sugere que movimentos limitados territorialmente, situados localmente sejam potencialmente ambos objetos e sujeitos dos processos globais” (Eschle & Stammers, 2004, p.355). A partir do exposto, faz-se pertinente analisarmos o movimento dos seringueiros como um ator coletivo de origem local que, imbuído na dinâmica global, exerce uma dupla face: objeto e sujeito, concomitantemente. Ora o movimento recebe o apoio de aliados que contribuem para a sua “universalização”, auxiliando na propagação de um discurso global; ora ele mesmo age, influi no processo, elaborando projetos como as Reservas Extrativistas (Resex).

Conquanto tenhamos discorrido acerca da interação entre as esferas e sua relação com o ator coletivo, nos resta ainda elucidar o significado do termo global. Em decorrência, nos referimos igualmente ao uso de tal termo na qualificação de questões e a conotação que estas adquirem, ao passo que sob uma outra interpretação, como as análises calcadas no paradigma dos “novos movimentos sociais”, estas mesmas questões pudessem ser consideradas “universais”. Neste caso, abordamos a formulação de Scholte sobre a globalização, que avança em muitas das constatações de Robertson, como a ênfase nas questões espaço-temporal e geográfica e na falsa dicotomia entre as dimensões.

Scholte compreende a globalização como um processo de reconfiguração do espaço social, no qual as relações sociais são singularizadas pela supraterritorialidade, alcançando um escopo mundial. Neste sentido, a compreensão de Scholte está em sintonia com o pensamento desenvolvido por Robertson ao distinguir a globalização como um fenômeno referente à reestruturação das relações sociais imbuídas na reorganização do espaço e aceleração do tempo. Não obstante, sua formulação

procura ir além de uma interpretação calcada estritamente na compressão espaço-temporal, atribuindo ao processo uma mudança qualitativa:

“Ainda, as locações territoriais, distâncias territoriais e fronteiras territoriais não definem a geografia dos fluxos transplanetários atuais. Estas conexões globais frequentemente também possuem qualidades de simultaneidade transmundial (a saber, elas se estendem em qualquer lugar no planeta ao mesmo tempo) e instantaneidade transmundial (ou seja, elas se movem em qualquer lugar do planeta em tempo algum)” (Scholte, 2002, p.18. Tradução minha).

A dinâmica global assume um novo sentido na medida e que as relações sociais, marcadas pela simultaneidade e instantaneidade, superam as barreiras territoriais marcadas principalmente pelo estado-nacional. A globalização refere-se não apenas à intensidade das relações sociais, mas à forma pela qual estas sucedem, posto que as conexões entre pessoas são passíveis de atingir a esfera global em tempo algum. Desse modo, o processo se distingue das demais interpretações que lhe são frequentemente atribuídas, como internacionalização, liberalização ou ocidentalização, além de suscitar um outro entendimento capaz de explicar as alterações do espaço social, aliando a existência dos limites geográficos, das fronteiras, à superação do território.

Aqui, recorreremos à afirmação elaborada anteriormente, ao aludirmos à quebra do monopólio do território na transposição das relações sociais e, no caso, de um MS para uma outra dimensão. Apesar da separação entre os âmbitos externo e interno do estado se revelar a base do padrão bumerangue/espiral e do modelo de mudança de escala, utilizamos esta diferenciação como uma ferramenta heurística necessária, com poder explanatório direcionado à transnacionalização dos seringueiros. Como atestamos, a relação entre o local e o global constitui um dos pilares para a transposição do movimento, fato negligenciado por tais abordagens. A partir do pensamento de Robertson e, mais enfaticamente, de Scholte, a reestruturação das relações e do espaço social traz como um requisito a inserção de uma análise de caráter multidimensional.

No que tange aos seringueiros, observamos a presença de distintas dimensões. Nacional, internacional, transnacional, global e local, com maior relevo para as três últimas, figuram como escalas constitutivas do movimento durante sua transnacionalização. Destarte, um movimento local, com uma mensagem global, estabelece conexões com atores transnacionais que atuam junto a organismos

internacionais a fim de pressionar governos nacionais. Este fato nos leva a crer que estas esferas não se mostram separadas ou em constante oposição, o que implica na desmistificação da dicotomia local/global e da crença de que o caráter supraterritorial da globalização descarta a permanência dos limites territoriais.

Encaixa-se, ainda, nesta inferência a construção de uma “identidade mínima” ou “compartilhada”, posto que esta alude à manutenção de uma identidade anterior/local, no caso dos seringueiros, em harmonia com uma nova identidade, formada nos âmbitos transnacional e global, em referência aos atores e à mensagem desenvolvida, respectivamente. As esferas, portanto, encontram-se em constante relação. Como Scholte afirma,

“[...]o global não é um domínio em si mesmo, separado do regional, do nacional, do provincial, do local e do familiar. Não existe nenhuma circunstância puramente global, apartada de outros espaços, assim como nenhum domínio familiar, local, provincial, nacional ou regional estão selados de outras arenas geográficas” (Scholte, 2002, p.27. Tradução minha).

Ao classificar uma questão como global, estamos nos remetendo a uma situação marcada por conexões no escopo mundial que transpassam as barreiras geográficas, as fronteiras dos estados, de forma simultânea e instantânea. Assim, temáticas como a devastação das florestas tropicais poderia ser considerada um problema global, já que relacionada à mudança climática no planeta, ao então descoberto buraco na camada de ozônio, ou seja, a acontecimentos que atingem o globo simultaneamente e/ou instantaneamente, ainda que de maneira desigual.<sup>33</sup> Não obstante, é preciso que consideremos como estas mesmas questões são percebidas pelos participantes da ação coletiva. Quanto ao nosso objeto de estudo, constatamos a incorporação desta questão no discurso dos membros do movimento.

Ademais, paralelamente à ocorrência de problemas globais, verificamos ainda a persistência de questões circunscritas ao território. Quando investigamos o movimento dos seringueiros, um aspecto que devemos ressaltar diz respeito à coexistência do local e do global, já apontada e que perpassa uma análise multidimensional. Neste ponto, nos concentramos no duplo sentido que perpassa a expressão “desmatamento da Floresta Amazônica”. Por um lado, a conotação global

---

<sup>33</sup> Acerca de questões globais ecológicas, ver SCHOLTE, 2002, p.18.

se evidencia quando entendemos a Amazônia como uma floresta tropical. Por outro, um sentido local está incluso nesta expressão posto que a articulação entre atores transnacionais e integrantes do movimento local se desenvolve em torno da Amazônia Brasileira. Temos, então, um objeto local, circunscrito às fronteiras estatais que, como uma floresta tropical, assume uma feição global. Novamente, concordamos com Scholte, atestando a interpenetração entre as esferas:

“Então o espaço social não deve ser entendido como uma junção de campos distintos, mas como uma interrelação de esferas dentro de um todo. Eventos e desenvolvimentos não são globais *ou* nacionais *ou* locais *ou* de alguma outra escala, mas uma interseção do global e de outras qualidades espaciais. O global é uma dimensão da geografia social, não um espaço por si mesmo” (Scholte, 2002, p. 27. Grifo do autor. Tradução minha).

Outro ponto relevante concerne à compreensão acerca dos movimentos sociais. Uma vez desvendado o sentido da globalização e, como consequência, da expressão “global”, poderíamos voltar ao pensamento de Diani e interpretar um MS como global, na medida em que a identidade e as ações de seus participantes estejam direcionadas para questões globais. De outro modo, o mesmo pensamento que aplicamos acerca da dinâmica global nos oferece uma definição acerca dos MS. O'Brien et al (2000) referem-se aos movimentos sociais globais (MSG) como atores coletivos multifacetados, sem uma ideologia única, que atuam não apenas na esfera global, como também nos demais planos do espaço social, superando os limites territoriais. Este entendimento, portanto, está em conformidade com a perspectiva desenvolvida por Scholte acerca da globalização.

A despeito de sua interpretação ser mais abrangente, incluindo uma gama de sujeitos tratados por outros teóricos sob nomenclaturas distintas, como as redes de ativistas transnacionais (Keck & Sikkink, 1998) ou as organizações dos movimentos sociais transnacionais (Smith et al, 1997), paralelamente o conceito apresenta algumas dificuldades quando de sua aplicação no mundo empírico, o que ocorre de formas diversas. Para este fim, destacamos a seguinte passagem:

“O adjetivo ‘global’ sugere que a sociedade civil e os movimentos sociais são mais diferenciados do que seus pares domésticos. Como não existe um único estado mundial nem uma única comunidade mundial, os MSG são menos coesos do que seus pares nacionais. [...] Apesar disto, existem algumas conexões transnacionais entre as várias partes do movimento, algum sentido de uma identidade comum e a necessidade de ações coordenadas senão idênticas”. (O'Brien et al, 2000, p.13. Tradução minha).

Entre alguns dos movimentos que se encaixam na premissa dos autores estão ambientalismo, pacifismo e feminismo. Contudo, tal premissa demonstra alguns elementos que, em conjunto, acabam por dirimir a possibilidade de um movimento local se globalizar. Neste contexto, salientamos a “necessidade de ações coordenadas, senão idênticas” e sua relação com a ênfase atribuída neste pensamento ao papel das organizações não-governamentais (ongs). Como observamos anteriormente, a construção de uma identidade entre atores transacionais em torno de uma causa global mostra-se exequível. O contrário pode-se afirmar a respeito das ações coordenadas e/ou idênticas, conforme apontadas acima. Insistimos neste aspecto atribuído aos MSG por entendermos que tal exigência guarda uma ligação estreita com grupos de atores cuja organização se mostra mais incisiva. Isto se deve à capacidade de um grupo organizado articular ações coletivas e captar recursos, em concordância com a teoria de mobilização de recursos.

Destarte, o relevo dispensado às ongs internacionais, mas que poderia ir ao encontro de sindicatos, ou qualquer outro tipo de organização em moldes mais próximos do formal. Mesmo no caso dos seringueiros, um movimento de base sindical, este requisito não nos leva a atestar de modo contundente sua globalização. O global, incorporado no discurso do movimento, está imbuído no estabelecimento de relações entre os integrantes do movimento e atores transnacionais, entre estes as ongs internacionais. A presença de organizações formais unicamente não leva à ascensão, à constituição de um movimento, ou à articulação de ações coordenadas idênticas pela parte desses atores. O que observamos no caso dos seringueiros são conexões em torno de uma causa comum, em campanhas internacionais, ou o que seria classificado por Keck e Sikkink como uma coalizão. Daí a relevância que atribuímos à construção da identidade e da mensagem, embora a ação coletiva não seja negligenciada neste processo de transposição do movimento.

Ao analisar as ongs internacionais, O'Brien et al (2000) enfatizam o que seria um dos participantes de um MSG – o ambientalismo – no caso seu elemento organizacional, as organizações não-governamentais, estando de acordo com a elaboração do conceito. Ainda, cabe a nós salientar que o termo insere-se em uma reflexão acerca da sociedade civil global e da relação entre as instituições econômicas

multilaterais e tais movimentos. Esse último elemento revela-se como mais um fator que explica a formulação do conceito na medida em que a conexão entre estes organismos e os MSG apresenta-se mais facilmente ao escrutínio quando sucedem entre organizações formais, em especial as ongs, que desfrutam de maior acesso a estas instituições, algumas assumindo *status* consultivo, como no caso da ONU.

A definição de MSG insere-se em um estudo cujo intuito é apresentar uma nova formulação acerca das relações transnacionais: o multilateralismo complexo. Este termo guarda em si um distanciamento de uma abordagem liberal exemplificada no conceito de interdependência complexa, elaborado por Keohane & Nye (1977). A partir de um enfoque que não preza pelo comportamento estatal, mas pela interação entre as instituições e atores sociais, Scholte (In: O'Brien et al, 2000) procura atestar principalmente a modificação constatada nestas instituições em resposta às demandas dos movimentos, interpretados enquanto uma das formas de associação da sociedade civil global. O teórico visa entender os processos de governança global, enfatizando a participação daqueles que se localizavam à margem por não estarem incluídos em uma classe dirigente, resultando no alargamento da agenda política.

Os MSG, destarte, são representados pelas ongs e analisados em virtude do papel exercido em uma arena política global e nas instituições econômicas internacionais. Nosso trabalho, entretanto, possui como objeto um movimento social local que rompe as grafias do território. Neste contexto, não nos propomos a investigar as conexões entre seus participantes e suas implicações para a construção de um espaço político mundial e democrático ou como suas articulações afetam e transformam as instituições e sua relação com estes atores. O contrário seria possível se nossa ênfase recaísse sobre a sociedade civil global e/ou o projeto de governança global. Enfocamos o processo de transposição deste movimento, que perpassa as diversas esferas do globo, demonstrando, portanto, que transnacionalização e globalização são processos que não se excluem, mas que podem coexistir em um mesmo caso.

Ainda que enfoquemos o primeiro destes processos, a relação entre o local e o global está presente no desenrolar do movimento, especificamente quando de sua transposição, permeando a construção do discurso, da identidade entre os atores,

enfim, a conexão entre tais atores e o seu exercício. Por conseguinte, ao optarmos por qualificar um movimento como transnacional não estamos silenciando as demais esferas em que atuam nem corroborando com uma análise puramente territorial. Estamos, do contrário, constatando a deficiência expressa nas formulações que o identificam como global, sua falta de especificidade. Se refletirmos sobre as formulações de Diani e de Eschle e Stammers e aliá-las aos esclarecimentos de Robertson e Scholte sobre as diversas dimensões e sua coexistência, indagamos: até que ponto nossa escolha nos impede de qualificar um movimento como transnacional ou global?

## **2.5. Conclusão**

Nas páginas anteriores, observamos que a transposição do movimento dos seringueiros pode ser elucidada sob três matrizes que se complementam, apesar das diferenças teóricas que encerram. Tomadas em conjunto, externalização, difusão (mudança de escala) e ação transnacional contribuem para a formação de um quadro teórico voltado para as relações forjadas entre os atores sociais no âmbito transnacional, mas que se remetem e estão inseridas igualmente nos planos local, nacional e internacional. Tais relações são permeadas por mecanismos e processos, bem como pela formação de uma identidade mínima entre atores de origens distintas, fato que confere à transnacionalização maior dinamicidade e complexidade.

Contudo, devemos ressaltar que estas abordagens, embora contribuam para ampliar nosso campo teórico, oferecem restrições, o que nos leva a não as empregar em sua totalidade. Neste sentido, atribuem valor substancial à territorialidade, silenciando um componente fundamental no caso sob análise: a relação entre o global e o local. Como visto, o global se faz presente durante todo o processo de transposição do movimento dos seringueiros, marcado fortemente na mensagem difundida pelo grupo e seus aliados. Pensar o global como uma das dimensões constitutivas do movimento, junto ao local e o transnacional, suscita uma série de questões que de outro modo seriam negligenciadas por uma investigação calcada essencialmente nos limites geográficos, na superação das fronteiras estatais.

Entre estas questões, apontamos a falsa dicotomia entre as esferas e o duplo papel desempenhado pelo ator social na dinâmica global, indo de encontro às interpretações recorrentes acerca da globalização que ora a equiparam à implantação de políticas neoliberais, ora à ocidentalização do mundo. Ao adotarmos as obras de Robertson e Scholte, nos inscrevemos em uma matriz de pensamento que se distingue qualitativamente das demais teorizações sobre a globalização e nos permite desvendar na transposição dos seringueiros os fatos apontados acima. Assistimos nesta dinâmica à constante interação e interpenetração entre as esferas global e local. É se contrapondo à exclusão e à falsa dicotomia entre estas dimensões que Robertson atesta a inclusão do local no global, ao passo que Scholte refere-se à interseção dos planos.

O mesmo argumento acerca da co-constituição entre as dimensões nos leva à conclusão de que o ator investigado neste trabalho assume uma dupla postura: passiva e ativa. Paralelamente à influência do global no local e, desse modo, sobre os atores que se situam neste plano a princípio, verificamos uma ação em sentido inverso: o local e seus atores atuam igualmente sobre o global. Temos, assim, que no processo de globalização um ator local (os seringueiros, no caso) não necessariamente está fadado a ocupar um papel passivo, a figura de objeto diante dos impactos que advêm do global. Na condição de ator, este assume posição ativa, podendo agir diretamente no global. Esta constatação é reforçada na medida em que assumimos a inclusão do local no global e sua interseção. Como nos sugere Eschle e Stammers, atuar no local significa também atuar no global (Eschle & Stammers, 2004, p.355).

Assistimos, por conseguinte, à persistência das grafias territoriais em paralelo a sua transposição, ao estabelecimento de relações entre atores de origens e localidades diversas, à construção de uma identidade mínima. Territorialização e desterritorialização sucedem simultaneamente, e o que poderia comprovar a dicotomia entre as dimensões revela-se, com efeito, como uma peculiaridade do processo de globalização. Ainda, a interseção entre as esferas constitui uma outra característica que aponta para a seguinte inferência: transnacionalização e globalização constituem processos que coexistem e, portanto, não se excluem

mutuamente. Aqui, surge novamente a questão tocada na seção anterior: pode um movimento designado como transnacional ser também compreendido como global?

Neste trabalho, optamos por qualificar um movimento como transnacional, atestando as limitações que a utilização do termo emprega. Ao mesmo tempo, procuramos superar estas limitações, aproximando-nos das definições de Diani e Eschle e Stammers, que nos permitiram ampliar o conceito de movimento transnacional. O reconhecimento do global e sua inserção na análise nos evidenciam ainda mais as deficiências propostas em uma definição de MS cujo pilar restringe-se aos marcos territoriais. No entanto, faz-se imperioso considerarmos que os conceitos de movimento social global também apresentam imprecisões: ou aludem apenas às ongs ou não evidenciam o significado do termo “global”.

Isto nos leva à consideração de dois fatores: a definição de Diani, uma vez desvendado o sentido de tal termo, mostrar-se-ia eficaz para o nosso estudo, cuja ênfase recai em parte na construção de identidade; o conceito de MSG formulado por O'Brien et al (2000) não nos permite avançar o bastante em nossa análise, embora a definição de globalização formulada pelo teórico seja apropriada por nós como uma de nossas referências. Descartamos a ocorrência de ações coordenadas e/ou idênticas nos diversos planos do espaço social como um dos condicionantes para a globalização de um movimento. Contudo, incorporamos nas definições de Diani e Eschle e Stammers a noção de globalização de Scholte. Torna-se possível, então, pensarmos um MS como “uma rede de interações informais que unem grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais em disputas por mudança social na base de uma identidade compartilhada” (Eschle & Stammers, 2004, p.353. Tradução minha), capazes de atuar nas diversas dimensões do espaço social simultaneamente, seja aludindo a questões consideradas como mais amplas, seja através da construção de uma identidade comum ou por meio de ações orquestradas. Ponderamos que tal fato não implica necessariamente uma tensão, já que o global e o local possuem caráter co-constitutivo, como assevera Robertson.

As inconsistências constatadas ao longo deste capítulo quanto à qualificação de um MS como transnacional ou global asseveram a relevância de um debate sobre a incompatibilidade dos processos e, em decorrência, a carência de um conceito mais

amplo e completo. Embora recorramos à definição de Eschle e Stammers, flexibilizando as nomenclaturas de Sikkink e Tarrow, nossas inferências nos fazem crer que um movimento seja passível de ser classificado como transnacional, o que não eximiria suas características globais. Do mesmo modo, a existência de um movimento global poderia estar de acordo com a manutenção de sua feição transnacional. Destarte, tais reflexões sugerem a necessidade de uma discussão mais aprofundada no meio acadêmico, nos planos teórico e empírico. No que se segue, discorreremos sobre o movimento dos seringueiros considerando suas origens até o momento de sua transposição.